

ESP-AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.EST.SP.

# Edital 4/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2026	392601-ESP-AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.EST.SP.	GIORGIO SEIKI SHINZAKI	19/06/2026 21:20 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	11/2026	134.00000873 /2026- 07

## 1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANDRE ISPER RODRIGUES BARNABE**

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 19/06/2026 às 21:20:19.

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 01. ANEXO I - Edital PE n 90003-2026.pdf (820.53 KB)
- Anexo II - 02. ANEXO II - Termo de Referencia.pdf (311.41 KB)
- Anexo III - 03. ANEXO III - Estudo Tecnico Preliminar.pdf (166.84 KB)
- Anexo IV - 04. ANEXO IV - INSTRUMENTO DE MEDICAO DE RESULTADO.pdf (217.58 KB)
- Anexo V - 05. ANEXO V - Ordem de Servico.pdf (174.04 KB)
- Anexo VI - 06. ANEXO VI - Prova de Conceito.pdf (225.64 KB)
- Anexo VII - 07. ANEXO VII - Modelo de Relatorio Operacional.pdf (172.32 KB)
- Anexo VIII - 08. ANEXO VIII - Escalas e Jornadas de Trabalho.pdf (135.39 KB)
- Anexo IX - 09. ANEXO IX - Regras Gerais.pdf (166.5 KB)
- Anexo X - 10. ANEXO X - Quadro Resumo.pdf (158.32 KB)
- Anexo XI - 11. ANEXO XI - Minuta de Contrato 08.04.pdf (542.14 KB)
- Anexo XII - 12. ANEXO XII - Modelo de Planilha de Proposta.pdf (1.29 MB)
- Anexo XIII - 13. ANEXO XIII - Modelo de declaracoes.pdf (172.96 KB)
- Anexo XIV - 14. ANEXO XIV - Modelo referentes a vistoria previa.pdf (184.9 KB)
- Anexo XV - 15. ANEXO XV - Planilha Orcamentaria.pdf (139.01 KB)

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 90003/2026**

**CONTRATANTE (UASG)**

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

**OBJETO**

Contratação de serviços de apoio operacional ao Centro de Controle Multimodal - CCM, para atendimento das necessidades da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

Valor mensal de R\$ 567.780,35 (quinhentos e sessenta e sete mil, setecentos e oitenta reais e trinta e cinco centavos), total de R\$ 8.516.705,25 (oito milhões, quinhentos e dezesseis mil, setecentos e cinco reais e vinte e cinco centavos) para 15 (quinze) meses.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 06/07/2026 às 09h00min

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

MENOR PREÇO GLOBAL MENSAL DO GRUPO

**MODO DE DISPUTA:**

ABERTO

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

NÃO



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)  
e apresente sua proposta

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS .....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	17
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	19
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	19
11. DOS RECURSOS .....	19
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	20
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	24
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	25

## **AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026**

(Processo SEI nº 134.00000873/2026-07)

Torna-se público que a **Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP**, por meio da **Superintendência de Administração Interna**, sediada na **Rua Iguatemi, 105, Itaim Bibi - São Paulo - SP**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

#### **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a *Contratação de serviços de apoio operacional ao Centro de Controle Multimodal - CCM, para atendimento das necessidades da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. *A licitação será realizada em grupo único, formado por mais de um item, conforme definido no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.*

#### **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. *A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

#### **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. *Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.*

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. *Considerando o valor estimado do grupo objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente

público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. *Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.*

3.11. *Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.11.1. *Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.*

#### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o *preço*, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei n.º 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de



enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a *90 (noventa)* dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos

responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de *1% (um por cento)*.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*
- 6.11.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*
- 6.11.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*

6.11.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.*

6.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*

6.11.5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Não se aplica nesta licitação o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme definido em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *acima do preço máximo* definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (*duas*) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicafe;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).



7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. *Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*

7.8.1. *A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:*

7.8.1.1. *que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e*

7.8.1.2. *inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.*

7.9. *Em acréscimo às disposições acima, deverão ser observados os seguintes preceitos:*

7.9.1. *A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio de planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme modelo constante de Anexo deste Edital.*

7.9.2. A apresentação de valores abaixo dos respectivos custos referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

7.9.3. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, informa-se que foi(ram) utilizado(s) o(s) seguinte(s) acordo(s), dissídio(s) ou convenção(ões) coletiva(s) de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

- a) Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Computação, Informática e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo – SINDPD/SP;
- b) Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis no Estado de São Paulo – SEAAC/SP;
- c) Sindicato das Empresas de Informática do Distrito Federal – SINDESEI/DF.

7.9.3.1. O(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) indicado(s) na subdivisão acima não são de utilização obrigatória pelos fornecedores, tendo em vista que a definição do(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) adequado(s) a cada fornecedor depende do enquadramento sindical a ele aplicável nos termos da legislação vigente. Ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas aos quais o Contratado estiver vinculado nos termos da legislação vigente.

7.9.4. É vedado ao licitante incluir na planilha de custos e formação de preços:

- a) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 135, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.9.5. A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que o respectivo custo seja excluído da planilha, observando-se o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9.6. Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da planilha, garantidos ampla defesa e contraditório.



7.9.7. *Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.*

7.9.8. *Será solicitado que o licitante mais bem classificado envie, junto com sua proposta adequada ao último lance ofertado, declaração informando o enquadramento sindical do licitante, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do(s) instrumento(s) coletivo(s) do trabalho em que se baseia sua proposta.*

7.9.8.1. *O licitante mais bem classificado deverá indicar os sindicatos, acordo(s) coletivo(s), convenção(ões) coletiva(s) ou sentença(s) normativa(s) que regem a(s) categoria(s) profissional(is) que executará(ão) o serviço e a(s) respectiva(s) data(s)-base(s) e vigência(s), com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.*

7.9.9. *Anteriormente à celebração da contratação, o licitante vencedor deverá apresentar:*

7.9.9.1. *cópia da carta ou registro sindical do sindicato no qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou por força de decisão judicial;*

7.9.9.2. *comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019, de 1974.*

7.9.10. *O licitante se responsabiliza pelas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual o licitante não tenha sido representado por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando o Contratado às sanções previstas no art. 156, caput, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021.*

7.9.11. *O Contratado possui responsabilidade exclusiva pelo cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e pelo eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, em razão da necessidade de se proceder ao pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou ainda por intercorrências na execução dos serviços contratados, resultante da adoção de instrumento coletivo do trabalho inadequado.*

7.9.12. *Deverá ser observada a aderência ao instrumento coletivo do trabalho ao qual a proposta do licitante esteja vinculada para fins de atendimento à eventual necessidade de repactuação dos valores decorrentes da mão de obra, consignados na planilha de custos e formação de preços do contrato, em observância ao disposto no inc. II do art. 135 da Lei nº 14.133, de 2021.*

7.10. *Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.*

7.11. *Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.*

7.11.1. *O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021*

7.12. *Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.*

7.12.1. *O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.*

7.12.2. *Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.*

7.13. *Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.*

7.14. *Considerando a exigência de execução de prova de conceito na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.*

7.14.1. *Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a execução da prova de conceito (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.*

7.14.2. *Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.*

7.14.3. *Não será aceita a proposta do licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas na documentação que integra este Edital como Anexo.*

7.14.3.1. *No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na prova de conceito.*

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. *Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.*

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a

apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. Não se aplica nesta licitação o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme definido em subdivisão do item 3.5.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse

mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico* [vistas@artesp.sp.gov.br](mailto:vistas@artesp.sp.gov.br)

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:**

(1) Multa Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Multa Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.



(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 5% a 30% do valor do Contrato.

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 5% a 30% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita no item 12.1.2, a multa será de 5% a 30% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 5% a 30% do valor do Contrato.

(7) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 5% a 30% do valor do Contrato.

(8) Para a infração descrita no item 12.1.1, a multa será de 5% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações

12.4.1.A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.5. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações



administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.12. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.13. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.16. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.17. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos,

o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.19. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: [andrea.paradela@artesp.sp.gov.br](mailto:andrea.paradela@artesp.sp.gov.br), [lcheosorim@artesp.sp.gov.br](mailto:lcheosorim@artesp.sp.gov.br), [ailton.ramos@artesp.sp.gov.br](mailto:ailton.ramos@artesp.sp.gov.br), [giorgio.shinzaki@artesp.sp.gov.br](mailto:giorgio.shinzaki@artesp.sp.gov.br) (OBS: Os seguintes e-mails devem ser copiados no momento do envio).

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no sítio eletrônico na Internet [www.artesp.sp.gov.br](http://www.artesp.sp.gov.br)*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. *A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.*

14.2.1. *Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.*

14.2.1.1. *Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.*

14.2.1.2. *Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.*

14.2.1.3. *Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.*

14.2.1.4. *Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.*

14.2.1.5. *Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:*

14.2.1.5.1. *a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;*

14.2.2. *O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.*

14.2.2.1. *O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.*

14.2.2.2. *O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.*

14.2.2.3. *Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.*

14.2.3. *Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.*

14.2.4. *Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.*

14.3. *Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.*

14.4. *Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.*

14.5. *Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.*

14.6. *A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.*

14.7. *As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.*

14.8. *Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.*

14.9. *Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.*

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no *sítio eletrônico* [www.artesp.sp.gov.br](http://www.artesp.sp.gov.br).

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- 14.16.1. ANEXO II - Termo de Referência;
- 14.16.2. ANEXO III - Estudo Técnico Preliminar;
- 14.16.3. ANEXO IV - Instrumento de Medição de Resultado - IMR
- 14.16.4. ANEXO V - Ordem de Serviço
- 14.16.5. ANEXO VI - Prova de conceito
- 14.16.6. ANEXO VII - Modelo de Relatório Operacional
- 14.16.7. ANEXO VIII - Escalas e jornadas de Trabalho
- 14.16.8. ANEXO IX - Regras Gerais
- 14.16.9. ANEXO X - Quadro de Resumo
- 14.16.10. ANEXO XI - Minuta de Termo de Contrato
- 14.16.11. ANEXO XII - Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

- 14.16.12. ANEXO XIII - Modelo(s) de Declaração(ões);
- 14.16.13. ANEXO XIV - Modelos referentes à vistoria prévia;
- 14.16.14. ANEXO XV - Planilha orçamentária.

São Paulo, da data da assinatura digital.

**ANDRÉ ISPER RODRIGUES BARNABÉ**  
Diretor-Presidente

ESP-AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.ESP.SP.

# Termo de Referência 20/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2026	392601-ESP-AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.ESP.SP.	ANITA PEREIRA WOLFF	15/06/2026 13:04 (v 0.11)
Status			
DISPONIBILIZADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		134.00000873/2026-07

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRAÇÃO

**1.1** Contratação de serviços de apoio operacional ao Centro de Controle Multimodal – CCM, para atendimento das necessidades da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	ITEM BEC	UNIDADE DE FORNECIMENTO	HORA / MÊS REFERÊNCIA	VALOR-HORA	VALOR TOTAL
1	Supervisor Operacional	25623	168998	SERVIÇO	160	R\$ 180,58	R\$ 28.892,80
2	Supervisor de Análise de Dados	25623	168998	SERVIÇO	160	R\$ 321,71	R\$ 51.473,60
3	Analista de Dados	27260	168998	SERVIÇO	640	R\$ 246,19	R\$ 157.561,60
4	Analista Administrativo	5380	168998	SERVIÇO	320	R\$ 136,55	R\$ 43.696,00
5		21032	168998	SERVIÇO	3.285	R\$ 87,11	

Operador de Centro de Controle Multimodal - CCM						R\$ 286.156,35
Total Mensal de Referência					R\$ 567.780,35	
Total por 15 (quinze) meses					R\$ 8.516.705,25	

**1.1.1** Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

**1.1.2** Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

**1.1.3** O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

**1.2** Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comuns** conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

**1.3** O prazo de vigência da contratação é de **15 (quinze) meses**, contados do(a) **assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**1.3.1** O serviço é enquadrado como serviço contínuo, tendo em vista **que se destina à manutenção permanente das atividades operacionais do Centro de Controle Multimodal – CCM, indispensáveis ao funcionamento regular e ininterrupto da ARTESP, não se exaurindo em uma única execução, mas exigindo prestação reiterada e contínua ao longo do tempo**, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando **assegurar a estabilidade da execução contratual, a continuidade do serviço público e otimização dos custos administrativos**.

**1.4** O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

**Subcontratação**

**1.5** O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

**2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1** A contratação é estratégica para viabilizar o exercício das novas atribuições regulatórias conferidas à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, ampliadas pela Lei Complementar nº 1.413/2024 e pelo programa “São Paulo na Direção Certa”.

**2.2** Modais Abrangidos: A presente contratação contempla o apoio operacional e analítico ao Centro de Controle Multimodal (CCM) da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, o qual integra informações, indicadores e ocorrências provenientes de todos os modais de transporte público concedido. A seguir, detalham-se os modais e suas características operacionais principais:



**Modal Rodoviário:** O sistema rodoviário do Estado de São Paulo representa o maior e mais estruturado conjunto de concessões de transporte do país. Atualmente, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP regula e fiscaliza mais de 11,7 mil quilômetros de rodovias concedidas, abrangendo 351 municípios e 22 concessionárias. O Centro de Controle Multimodal – CCM terá papel estratégico na integração de dados em tempo real para apoio à tomada de decisão;

**Modal Metroferroviário:** O sistema sob regulação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP compreende a rede metroviária e o transporte ferroviário de passageiros, incluindo o Trem Intercidades (TIC). O Centro de Controle Multimodal – CCM deverá integrar informações de controle operacional, promovendo visão unificada da mobilidade regional;

**Modal de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano:** Abrange mais de 1.500 linhas sob regulação direta, com uma frota superior a 24 mil veículos. O Centro de Controle Multimodal – CCM permitirá análises de desempenho operacional e satisfação do usuário.

**Modal Hidroviário:** Compreende os serviços de travessias litorâneas e transporte aquaviário. O Centro de Controle Multimodal – CCM integrará dados meteorológicos e de maré, permitindo a análise de impactos ambientais e operacionais;

**Modal Aeroportuário:** Abrange 27 aeroportos regionais concedidos. O Centro de Controle Multimodal – CCM permitirá a análise de conectividade e o impacto de eventos climáticos e logísticos.

**Integração Multimodal:** O Centro de Controle Multimodal – CCM consolidará, em ambiente único, os dados provenientes dos cinco modais, permitindo análise cruzada, gestão integrada de alertas e tomada de decisão estratégica baseada em dados;

**2.3** A implantação e operação do novo Centro de Controle Multimodal (CCM) trará os seguintes benefícios diretos e estruturantes:

a) Integração e correlação de dados entre modais: Consolidação e interoperabilidade das informações em uma plataforma unificada, permitindo a construção de uma Visão Operacional Comum (COP);

b) Monitoramento contínuo e em tempo real: Detecção imediata de eventos críticos, coordenação interinstitucional rápida e redução do tempo de resposta a emergências;

c) Aumento da eficiência fiscalizatória: Uso de ferramentas analíticas para controle de desempenho, permitindo fiscalizações mais seletivas e remotas;

d) Inteligência preditiva e suporte à decisão: Capacidade de antecipar cenários críticos, simular impactos e apoiar a formulação de políticas públicas

e) Melhoria da governança e da prestação do serviço público: Reforço do papel da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP como autoridade reguladora, com ampliação da capacidade de auditoria e accountability.

**2.4** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **(2026)**, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: **05051955000191-0-000001/2026**;

II) Data de publicação no PNCP: **30/06/2025**;

II) Id do item no PCA: **99**;

IV) Classe/Grupo: **162**;

V) Identificador da Futura Contratação: **392601-11/2026**

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**3.1** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

**4.1** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

**4.1.1** Para a contratação em questão deve ser observado o disposto no Decreto no 53.336/2008, que institui o Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis; Alinhamento com o Plano de Logística Sustentável e com o Plano de Contratações Anual do Estado, conforme disposições do Decreto no 68.185, de 11 de dezembro de 2023;

**4.1.2** Para o pleno atendimento dos critérios de sustentabilidade e proteção ambiental, deve a empresa adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

- I) Especificar durabilidade, compatibilidade, eficiência energética e menor toxicidade dos materiais;
- II) Dar prioridade a equipamentos com selo de menor consumo energético;
- III) Durabilidade e atualizações de software que prolonguem o ciclo de vida do equipamento.

#### **4.2. Obrigações da CONTRATANTE**

**4.2.1** A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, na qualidade de Contratante, será responsável por garantir as condições institucionais e técnicas necessárias para a adequada execução do contrato, observando as seguintes obrigações:

- a) Franquear o acesso às instalações da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP ao efetivo da Contratada, garantindo as condições físicas e tecnológicas indispensáveis à execução dos serviços, respeitando os protocolos de segurança, sigilo e confidencialidade institucional;
- b) Designar formalmente o Gestor do Contrato e um único Fiscal do Contrato (funções técnica e administrativa acumuladas), conforme dispõe o Decreto Estadual nº 68.220/2023 (arts. 15, 17, 18 e 20), assegurando a adequada fiscalização e acompanhamento das atividades executadas;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, promovendo inspeções, reuniões periódicas, auditorias e verificações de conformidade técnica e operacional;
- d) Analisar e manifestar-se formalmente sobre os produtos, relatórios e evidências operacionais entregues pela Contratada, dentro dos prazos e ritos estabelecidos neste Termo de Referência;
- e) Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, de acordo com os prazos, condições e critérios de medição definidos neste Termo, condicionando-os à comprovação da execução satisfatória dos serviços e à validação da fiscalização da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP;
- f) Fornecer infraestrutura e meios tecnológicos adequados, incluindo acesso a sistemas, estações de trabalho, equipamentos de informática e credenciais de uso institucional necessárias ao desempenho das funções dos colaboradores da Contratada;
- g) Garantir a confidencialidade das informações operacionais e administrativas compartilhadas, bem como assegurar o cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais (Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD);

h) Zelar pela governança contratual, assegurando a segregação de funções, a transparência processual e a rastreabilidade de decisões e registros administrativos; ej) Atos contratuais formais — comunicações, instruções, determinações, registro e saneamento de não conformidades, ateste de medição e termos de recebimento — ocorrem exclusivamente pelos sistemas oficiais da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP. A Plataforma de Gestão de Serviços – PGS da Contratada tem caráter instrumental, destinada à gestão de equipe (escalas/turnos), timesheet eletrônico e registro de evidências, com acesso fiscalizatório da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP. É vedado utilizar a Plataforma de Gestão de Serviços – PGS como substituto dos atos formais. Em caso de indisponibilidade da Plataforma de Gestão de Serviços – PGS, adotar-se-á procedimento de contingência padronizado fornecido pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, com lançamento posterior na Plataforma de Gestão de Serviços – PGS, sem prejuízo do registro obrigatório nos sistemas oficiais.

### **4.3 Obrigações da CONTRATADA**

4.3.1 A empresa contratada deverá cumprir integralmente todas as disposições contratuais e legais, observando fielmente o objeto, os prazos e as condições estabelecidas. São obrigações específicas da Contratada, além daquelas constantes em legislação e normas correlatas:

a) Adotar todas as providências necessárias para a fiel execução do objeto em conformidade com as disposições deste Termo de Referência, prestando o serviço com eficiência, presteza e pontualidade, e respeitando os prazos e demais condições estabelecidas;

b) Manter, nos casos de afastamentos por doença, férias, licenças ou quaisquer outros motivos, o número de postos de trabalho estabelecidos neste Termo de Referência, assegurando a continuidade integral dos serviços;

c) Prestar prontamente todos os esclarecimentos e informações que lhe forem solicitados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, atendendo a quaisquer indagações, reclamações ou solicitações formais;

d) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, prestando aos empregados vitimados os atendimentos e auxílios devidos, independentemente do local da prestação de serviço;

e) Assumir integralmente os encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciários, decorrentes da execução do contrato, eximindo a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;

f) Pagar todos os tributos, taxas, contribuições e encargos sociais e securitários, federais, estaduais e municipais, incidentes sobre a execução contratual;

g) Fornecer tempestivamente todos os documentos fiscais e comprovantes de regularidade exigíveis na forma da legislação aplicável, condição indispensável para o pagamento das faturas;

h) Acatar integralmente as instruções e determinações da fiscalização contratual, desde que compatíveis com o disposto neste Termo, no edital, no contrato e na legislação vigente, sem que tal fiscalização implique corresponsabilidade da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP pelos serviços prestados;

i) Ser responsável por todo o processo de seleção, recrutamento, contratação e treinamento dos profissionais designados para execução dos serviços contratados, observando as qualificações exigidas e mantendo atualizada a lista de empregados alocados;

j) Planejar e executar ações de treinamento, capacitação, desenvolvimento e reciclagem periódica de seus colaboradores, especialmente quando houver substituição de pessoal, conforme diretrizes da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP e item 7.1 deste Termo;

k) Realizar os exames ocupacionais legais (ASO) e avaliações exigidas pelas NRs aplicáveis (p.ex., NR-07, NR-17), resguardados a necessidade, finalidade e minimização de dados (LGPD);

l) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor global do contrato, conforme art. 125, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

m) Incluir, nos valores propostos, todos os custos diretos e indiretos, encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, seguros e demais despesas relacionadas à execução contratual, inclusive treinamento e uniformização;

n) Realizar treinamentos específicos e periódicos, presenciais ou remotos, com vistas a assegurar amplo domínio dos processos, sistemas e fluxos operacionais do Centro de Controle Multimodal – CCM, em conjunto com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP;

o) Manter sigilo e confidencialidade sobre todas as informações e dados acessados durante a execução contratual, sendo vedada sua utilização para quaisquer fins alheios ao contrato, bem como seu compartilhamento com terceiros sem autorização formal da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP;

p) As obrigações abrangem todas as pessoas vinculadas à Contratada, incluindo dirigentes, gestores, prepostos, empregados e subcontratados, que tenham acesso a dados, informações ou documentos institucionais;

q) Devolver à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP quaisquer informações, mídias, documentos e registros confidenciais sempre que solicitado, comprometendo-se a não reter cópias físicas ou digitais após o término contratual; e

r) Cumprir integralmente as Normas Regulamentadoras (NRs) de segurança e saúde no trabalho, bem como as diretrizes da ABNT, da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e da Política de Segurança da Informação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP.

s) A Contratada obriga-se a cumprir e fazer cumprir as Normas Regulamentadoras (NRs) de Saúde e Segurança do Trabalho, em especial a NR-17 (Ergonomia), no que tange aos postos de trabalho 24x7 no Centro de Controle Multimodal – CCM, que exigem solicitação intelectual e atenção constantes. Antes do início da operação (mobilização), a Contratada apresentará Análise Ergonômica do Trabalho (AET) específica dos postos do Centro de Controle Multimodal – CCM (monitoramento CFTV, inserção de dados, supervisão), contemplando jornada 12x36, carga psicofisiológica, organização de pausas (Art. 72 Consolidação das Leis do Trabalho – CLT / Súmula 346 Tribunal Superior do Trabalho – TST – pausas remuneradas já incluídas na hora faturável conforme Seção 13.2.1), mobiliário, iluminação, conforto térmico e ruído. O mobiliário (bancadas, assentos, suportes de monitores) e a iluminação deverão atender rigorosamente aos requisitos da NR-17 para postos com terminais de vídeo (ajustes posturais, ângulos de visão, proteção a reflexos). A AET será condição para o ateste de início e poderá ser auditada a qualquer tempo; ajustes recomendados deverão ser implementados em até 30 dias. Deverá ser garantido, no mínimo:

i) Análise Ergonômica Preliminar (AEP) ou Análise Ergonômica do Trabalho (AET) dos postos do Centro de Controle Multimodal – CCM;

ii) Mobiliário ajustável (assentos, mesas) às características antropométricas dos trabalhadores;

iii) Condições ambientais (conforto térmico, acústico/ruído, iluminação) adequadas, conforme a NR-17; e

iv) A fruição das pausas psicofisiológicas obrigatórias, que deverão ser computadas como tempo de trabalho efetivo e registradas na Plataforma de Gestão de Serviços – PGS (sem prejuízo das pausas para necessidades fisiológicas);

t) Não transferir, sob qualquer forma, a responsabilidade pela execução contratual a terceiros, salvo mediante autorização expressa e formal da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP;

u) A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP poderá, a seu critério, aplicar testes técnicos para comprovar o conhecimento dos profissionais da Contratada. Caso o desempenho seja insatisfatório, a Contratada deverá promover imediata substituição dos profissionais, garantindo que os novos colaboradores atendam integralmente às qualificações exigidas neste Termo;

v) Dado o regime de operação 24x7 do Centro de Controle Multimodal – CCM, a Contratada deverá apresentar (como parte integrante do Plano de Mobilização, Seção 11.2) sua Estratégia de Gerenciamento e Mitigação de Fadiga (baseada nos conceitos de Sistema de Gerenciamento do Risco de Fadiga – FRMS - Fatigue Risk Management

System). O documento deve detalhar o gerenciamento das escalas, limites de jornada, pausas programadas (além da NR-17), rodízios entre turnos (dia/noite) e mecanismos de reporte de fadiga, visando mitigar os riscos associados aos fatores humanos na sala de controle;

w) Implementar e evidenciar um Sistema de Gerenciamento de Risco de Fadiga (FRMS) para a equipe de operação 24x7, contemplando limites de turnos, gestão de pausas (NR-17) e rodízio de postos para mitigar o risco de erros humanos;

x) Formalizar um procedimento de Handover (Passagem de Turno) por meio de checklist (físico ou digital), garantindo a transferência de informações sobre ocorrências em andamento, status de sistemas e pendências entre as equipes;

y) Manter reserva técnica composta por profissionais já qualificados e com cadastro aprovado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, aptos para assumir qualquer posto imediatamente. O custo desta reserva é indireto e não gera faturamento por hora, a menos que um profissional seja efetivamente alocado para cobrir uma ausência; e

z) Realizar, no mínimo semestralmente, simulados operacionais (exercícios de "table-top") para testar os procedimentos e a prontidão da equipe em cenários de crise, gerando um relatório de lições aprendidas a ser apresentado à fiscalização.

i) Cláusula de Vedação ao Nepotismo: A CONTRATADA obriga-se a observar rigorosamente as vedações estabelecidas no Decreto Estadual nº 68.829, de 04 de setembro de 2024. Fica expressamente proibida a disponibilização, para a execução dos serviços objeto deste contrato, de empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de autoridade nomeante ou de servidor da CONTRATANTE investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, que atue na área de influência da contratação. A CONTRATADA deverá exigir de seus funcionários, previamente ao início da prestação dos serviços, declaração formal de inexistência de vínculo de parentesco nos termos do referido Decreto, mantendo tais documentos arquivados e disponíveis para fiscalização, inclusive da Controladoria Geral do Estado.

ii) Propriedade Intelectual e Cessão de Direitos: Todos os produtos, relatórios, documentos, Manuais de Procedimentos Operacionais (MPO), Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), scripts, painéis de Business Intelligence (BI), bases de dados tratadas e demais artefatos de software ou conhecimento desenvolvidos pela CONTRATADA durante e para a execução específica deste contrato são de propriedade exclusiva e irrestrita da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP. A CONTRATADA cede, de forma definitiva e irrevogável, todos os direitos autorais e de propriedade intelectual sobre referidos artefatos, que deverão ser entregues na íntegra ao final do contrato como parte essencial da transição, sem ônus adicional.

**4.3.2** Fornecer, sem ônus adicional, acesso a uma Plataforma de Gestão de Serviços (PGS) que deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos (inclusive para gestão e monitoramento dos indicadores de nível de serviço Acordo de Nível de Serviço – SLA/Indicadores de Nível de Serviço – SLI/Objetivos de Nível de Serviço – SLO):

a) Acesso da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP: Prover acesso contínuo (24x7) à Fiscalização da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP (Gestor e Fiscal do Contrato), com perfis segregados (RBAC) de consulta e auditoria (permissão de leitura e exportação, sem permissão de alteração ou exclusão de dados);

b) A Plataforma de Gestão de Serviços – PGS deverá manter registros auditáveis ('quem/que/quando'), com integridade verificável por meio de hash e exportações mensais para guarda pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP. Imutabilidade/WORM será aceita quando nativamente disponível no produto; não é obrigatória a customização para tal fim. Admite-se equivalência funcional, desde que preservadas a rastreabilidade e a integridade;

c) Timesheet Eletrônico e Gestão de Atividades: Prover o registro de jornada dos profissionais alocados nos postos (fonte primária para medição de horas) e módulo de gestão do ciclo de atividades (planejadas, iniciadas, em andamento e encerradas), com status e timestamps auditáveis;

d) Reversibilidade e Portabilidade (Não-Lock-in): A CONTRATADA garante à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP o direito à portabilidade integral e à

reversibilidade de todos os dados e registros inseridos na Plataforma de Gestão de Serviços – PGS, incluindo dados de pessoal, escalas, timesheets, registros de auditoria e evidências, conforme Art. 18, inciso V, da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD. A exportação dos dados (em formato aberto, como CSV, JSON ou ZIP) deverá ser disponibilizada à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, sem ônus, a qualquer tempo mediante simples solicitação do Gestor/Fiscal. Obrigatoriamente ao término ou extinção do contrato, a exportação integral de todos os dados e registros deverá ser concluída e entregue à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP em até 5 (cinco) dias úteis após a notificação de encerramento, sob pena de aplicação de sanção por inexecução e retenção de garantias; e

e) Contingência: Em caso de indisponibilidade da Plataforma de Gestão de Serviços – PGS, a Contratada adotará procedimento de contingência (planilha padrão fornecida pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP), com lançamento posterior na Plataforma de Gestão de Serviços – PGS e validação pelo Fiscal. A contingência não substitui o registro nos sistemas oficiais. Durante a contingência, deverão ser preservados os dados necessários para recompor os indicadores de nível de serviço (SLA/Indicadores de Nível de Serviço – SLI/Objetivos de Nível de Serviço – SLO) e o histórico de atividades, evitando perda de rastreabilidade.

f) Indicadores visuais e painéis: Disponibilizar dashboards com indicadores de nível de serviço (SLA/Indicadores de Nível de Serviço – SLI/Objetivos de Nível de Serviço – SLO) e métricas operacionais essenciais, incluindo, no mínimo: cobertura de postos, tempo de recomposição, integridade/atualização de timesheets, disponibilidade funcional da Plataforma de Gestão de Serviços – PGS, quantidade de POPs elaborados, revisados e vigentes, e andamento do ciclo de atividades;

g) Alertas automáticos: Emitir alertas/notificações automáticas configuráveis (ex.: e-mail e/ou notificação in-app) para violações ou risco de violação de Acordo de Nível de Serviço – SLA/Indicadores de Nível de Serviço – SLI/Objetivos de Nível de Serviço – SLO, atrasos relevantes no ciclo de atividades, indisponibilidade/erro da Plataforma de Gestão de Serviços – PGS e pendências de registro (campos obrigatórios), com registro de leitura e tratamento;

h) Parametrização básica de SLIs/SLOs: Permitir cadastro/edição de SLIs/SLOs (denominação, fórmula, meta/limiar, janela de apuração), definição de periodicidades e responsáveis, e associação a fontes de evidência internas da Plataforma de Gestão de Serviços – PGS (timesheet, logs, atividades);

i) Exportação e auditabilidade: Exportar indicadores, séries históricas e alertas (CSV/JSON/PDF), com trilha de auditoria aplicável;

j) Gestão de POPs — contagem e status: Registrar catálogo mínimo de POPs (código, versão, vigência) e apresentar contadores de POPs elaborados, revisados e vigentes, com espelhamento das versões aprovadas, para consulta e auditoria.

k) Gestão de escalas e substituições: Manter módulo de criação, aprovação e controle de escalas, com alocação por posto/turno, registro de vacância e recomposição, suporte à reserva técnica e carimbos de data/hora e responsável;

l) Conciliação automática: Disponibilizar rotinas de conciliação entre timesheet × escala × evidências (logs/atividades), sinalizando inconsistências e pendências para saneamento;

m) Conciliação automática: Disponibilizar rotinas de conciliação entre timesheet × escala × evidências (logs /atividades), sinalizando inconsistências e pendências para saneamento;

n) Anexos e evidências: Possibilitar anexação de arquivos (PDF/CSV/imagem) a registros de atividades, ocorrências e checklists, com hash e logs de acesso/alteração;

o) Filtros e segmentação: Disponibilizar filtros por período, posto, função, turno, modal e criticidade para indicadores, atividades e relatórios;

p) Exportação programática (quando disponível): Oferecer API de leitura segura (tokenizada) para extração de indicadores e dados; na ausência, a exportação por arquivo (CSV/JSON/PDF) atenderá ao requisito;

q) Sincronização temporal: Garantir sincronização horária (ex.: NTP) e padronização de timestamps (UTC-03:00), assegurando consistência nas apurações.

### 4.3.3 Da Proteção de Dados Pessoais (LGPD):

a) Papéis: Controladora: Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP; Operadora: Contratada. Bases legais: (i) timesheet e escalas – art. 7º, V (execução de contrato) e art. 23, I (adm. pública); (ii) logs de auditoria – art. 7º, II (obrigação legal) e art. 23, I; (iii) evidências operacionais – art. 7º, V/II, conforme o caso. Registro das operações (art. 37): manter inventário atualizado;

b) Para os fins da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP atuará como Controladora e a CONTRATADA como Operadora dos dados pessoais tratados, devendo esta última processá-los exclusivamente para fins do objeto, mediante instruções documentadas da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, vedado qualquer uso diverso ou compartilhamento não autorizado;

c) A CONTRATADA deverá implementar medidas de segurança técnicas e administrativas (detalhadas na Seção 13 – Segurança da Informação, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e Compliance) aptas a proteger os dados;

d) Comunicação de Incidente de Segurança: A Operadora (Contratada) comunicará à Controladora (ARTESP) qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais em até 24 (vinte e quatro) horas da ciência. A Controladora avaliará e, sem atraso injustificado, adotará as medidas cabíveis, inclusive eventual comunicação à ANPD e aos titulares, conforme regulamento vigente; e

e) Ao término contratual, a Contratada realizará exportação integral (CSV/JSON/ZIP) e emitirá um Termo de Eliminação Segura de Dados Pessoais, assinado por seu Encarregado de Dados (DPO) ou representante legal. Este Termo deverá atestar que os dados sob sua operação foram destruídos de forma a não permitir restauração, conforme as boas práticas de segurança (ex: ISO/IEC 27001). O descarte ocorrerá em até 15 dias da extinção, ressalvadas as obrigações legais de retenção e a preservação de prova determinada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP.

**4.3.4** A Contratada deverá cumprir a NR-17 (Ergonomia) com base em Análise Ergonômica Preliminar (AEP) ou AET dos postos do Centro de Controle Multimodal – CCM, definindo pausas e rodízios adequados à atividade de sala de controle. As pausas serão computadas como tempo de trabalho e registradas na Plataforma de Gestão de Serviços – PGS. As pausas previstas na NR-17 integram as 11 (onze) horas efetivas estabelecidas na Seção 13.2.1, não gerando abatimentos adicionais.

**4.3.5** Dada a natureza da operação 24x7 e a criticidade das atividades do Centro de Controle Multimodal – CCM, a CONTRATADA deverá implementar e manter um Sistema de Gerenciamento de Risco de Fadiga (FRMS), conforme boas práticas.

**4.3.6** O Sistema de Gerenciamento do Risco de Fadiga – FRMS deverá incluir, no mínimo:

a) Desenho de escalas e turnos que respeitem os limites biológicos (ex: limites de turnos noturnos consecutivos), respeitando-se, no mínimo, a vedação de mais de 2 (dois) turnos noturnos consecutivos, salvo exceções formalmente justificadas;

b) Procedimento formal de handover (passagem de turno) para garantir a continuidade da informação; e

c) Treinamento da equipe e supervisão para identificação de fadiga.

### 4.4 Estrutura da Equipe

**4.4.1** O dimensionamento prevê uma equipe multidisciplinar de 17 (dezessete) profissionais, destinada à cobertura dos turnos operacionais (6 diurnos e 3 noturnos) em até 06 (seis) posições de trabalho físicas (simultâneas), complementada por reserva técnica não faturável indicada nas seções de jornada e escalas.

Função	Quantidade de postos ativos simultaneamente	Regime de Trabalho
	6 (6 diurnos / 3 noturno)	Escala 12h x 36h (cobertura 24x7)

<b>Operadores de Centro de Controle</b>		
<b>Analistas de Dados (BI/GIS)</b>	<b>4</b>	<b>40h semanais (seg-sex)</b>
<b>Analistas Administrativos</b>	<b>2</b>	<b>40h semanais (seg-sex)</b>
<b>Supervisor Operacional</b>	<b>1</b>	<b>40h semanais (seg-sex)</b>
<b>Supervisor de Análise de Dados</b>	<b>1</b>	<b>40h semanais (seg-sex)</b>

#### 4.4.2 Requisitos e Controles:

- a) Reserva Técnica (RT): A Contratada deve manter uma reserva técnica mínima (não faturável) para cobertura imediata de ausências, essencial para a operação ininterrupta (24x7);
- b) Reserva Técnica (RT): A Contratada deve manter uma reserva técnica mínima (não faturável) para cobertura imediata de ausências, essencial para a operação ininterrupta (24x7);
- c) Gerenciamento de Fadiga e Ergonomia: Dada a operação 24x7, a Contratada deve apresentar um Sistema de Gerenciamento de Risco de Fadiga (FRMS), detalhando gestão de escalas, pausas (além da NR-17) e rodízios entre turnos.

#### 4.5 Governança e Medição de Desempenho

**4.5.1** A qualidade dos serviços será medida por Indicadores de Nível de Serviço (SLIs) que compõem os Objetivos de Nível de Serviço (SLOs), apurados mensalmente com base nas evidências da PGS. O descumprimento dos SLOs pode levar à aplicação de sanções, sem prejuízo da glosa proporcional.

#### 4.5.2 Exemplos de SLOs críticos:

- Cobertura de postos  $\geq 99\%$ ;
- Tempo de recomposição de posto vago  $\leq 3h$ ;
- Comunicação de incidentes críticos  $\leq 15$  min (Supervisor Operacional).

#### 4.5.3 Relatórios e entregáveis

**4.5.3.1** A Contratada deve elaborar relatórios, incluindo:

- Relatórios Analíticos Bimestrais: Focados em inteligência operacional, análise de tendências, correlação de eventos críticos entre modais e recomendações de melhoria;
- Relatórios de Controle e Indicadores de Desempenho Mensais: Base para medição e pagamento, incluindo escalas efetivas, produtividade e cumprimento de metas;
- Procedimentos Operacionais Padrão (POPs): Versão mínima exequível, produzida e mantida pelos Supervisores, para garantir a uniformidade das rotinas, sujeita à aprovação formal da ARTESP.

#### 4.6 Benefícios esperados e mitigação dos riscos

**4.6.1** Benefícios: A operação do CCM trará benefícios estruturantes, como a Integração e correlação de dados entre modais (criando uma Visão Operacional Comum - COP), o Monitoramento contínuo e em tempo real (redução do tempo de resposta a emergências), e o Aumento da eficiência fiscalizatória através de ferramentas analíticas.

#### 4.6.2 Riscos Críticos da não realização



**4.6.2.1** A não execução do projeto é um risco crítico, pois pode levar à:

- Incapacidade de processar e correlacionar dados multimodais, mantendo sistemas fragmentados;
- Limitação das funções fiscalizatórias e regulatórias (dependência de processos reativos);
- Perda de eficiência na resposta a incidentes (respostas lentas);
- Comprometimento da segurança e transparência pública (risco de exposição de informações sensíveis).

#### **Indicação de marcas ou modelos**

**4.7** Não se faz necessária a indicação de marcas ou modelos, uma vez que o objeto da contratação consiste na prestação de serviços de apoio operacional, cujo resultado esperado está vinculado à execução das atividades e à disponibilização de mão de obra, e não ao fornecimento de materiais específicos.

#### **Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

**4.8** Esta disposição não se aplica a presente contratação, pelos motivos expostos no item 4.7 deste Termo de Referência.

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

**4.9** Não será exigida carta de solidariedade;

#### **Garantia da contratação**

**4.10** Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

**4.11** No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

**I) Caução em dinheiro.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;

**II) Caução em títulos da dívida pública.** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

**III) Fiança bancária.** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

**IV) Seguro-garantia.** A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria;

**V) Título de capitalização.** Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

**4.11.1** A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

**4.12** O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

## Vistoria

- 4.13** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9h às 17 horas.
- 4.14** Serão disponibilizadas data e horário diferentes aos interessados em realizar vistoria prévia.
- 4.15** Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.16** Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.17** O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

- 5.1** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1** Início da execução do objeto: **10 (dez) dias** a contar da emissão da ordem de serviço;

### Quantitativo e Jornada de Trabalho

- 5.2** A prestação dos serviços deverá garantir a disponibilidade ininterrupta dos postos de trabalho, conforme a natureza de cada função, observando o cumprimento integral da carga horária, das escalas e da legislação trabalhista.
- 5.3** A reserva técnica (RT) é não faturável e deverá ser dimensionada no Plano de Mobilização, considerando absenteísmo, férias e riscos operacionais, sujeita à aprovação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP.
- 5.4** Para 9 (nove) postos operacionais ativos, distribuídos em 06 (seis) postos no turno diurno e 03 (três) postos no turno noturno, ambos em escala 12x36, considera-se um efetivo mínimo ajustado. A reserva técnica (não faturável) é adicional a esses postos.

Serviço / Função	Quantidade de Postos	Regime de Trabalho	Descrição e Condições Específicas
Operadores de Centro de Controle	06 (diurno) e 03 (noturno)	Escala 12h x 36h	Monitoramento contínuo dos modais em turnos diferenciados, com cobertura mínima exigida e reserva técnica não faturável.
Analistas de Dados	4 (quatro)	40h semanais (seg-sex)	Análise, tratamento e visualização de dados operacionais.

Supervisor Operacional	1 (um)	40h semanais (seg-sex)	Gestão técnica e administrativa da equipe operacional e ponto focal junto à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP.
Supervisor de Análise de Dados	1 (um)	40h semanais (seg-sex)	Coordenação e supervisão da equipe de Analistas de Dados, garantindo qualidade e tempestividade das análises.
Analistas Administrativos	2 (dois)	40h semanais (seg-sex)	Apoio administrativo, controle documental e suporte à operação.

**5.4.1** Para as funções de Analistas de Dados, Supervisor Operacional, Supervisor de Análise de Dados e Analistas Administrativos, a Jornada será de 8 horas efetivas diárias (9h às 18h, com 1h de intervalo intrajornada). A Contratada deverá garantir a continuidade da prestação do serviço durante o referido intervalo, caso a natureza da atividade exija ausência de interrupção, mediante substituição do profissional ou organização da equipe.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

**5.5** Os serviços serão prestados no(s) seguinte(s) endereço(s): **Rua Iguatemi, nº 105, Bairro Itaim Bibi, São Paulo / SP, CEP: 01451-011;**

**5.6** Os serviços serão prestados no seguinte horário: **A execução dos serviços deverá observar a tabela do item 5.4 deste Termo de Referência.**

#### **Rotinas a serem cumpridas**

**5.7** A execução contratual observará as rotinas abaixo:

#### **5.8 Produtos e entregáveis**

**5.8.1** Regra transversal: Cada Objetivos de Nível de Serviço – SLO deverá estar associado a um Indicadores de Nível de Serviço – SLI mensurável, com fonte de evidência definida (Plataforma de Gestão de Serviços – PGS/timesheet e /ou logs), periodicidade de apuração e fórmula de cálculo, explícita. Todos os indicadores de nível de serviço (SLA /Indicadores de Nível de Serviço – SLI/Objetivos de Nível de Serviço – SLO) deverão ser configuráveis, gerenciáveis e monitoráveis na Plataforma de Gestão de Serviços – PGS. Relatórios mensais/bimestrais deverão referenciar os Indicadores de Nível de Serviço – SLI/Objetivos de Nível de Serviço – SLO pertinentes;

**5.8.2** A execução dos serviços deverá resultar na entrega periódica de produtos e relatórios que subsidiem as atividades de supervisão, controle operacional e apoio à gestão multimodal do Centro de Controle Multimodal (CCM);

**5.8.3** Entrega formal: exclusivamente nos sistemas oficiais da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP (Seção 9.2). Medição/Aceite: conforme Seção 13.2. Disponibilização espelhada: na Plataforma de Gestão de Serviços – PGS para consulta/gestão;

**5.8.4** Os relatórios terão layout mínimo padronizado, com exportação integral de dados (CSV/JSON) e pacotes ZIP com evidências, para anexação no sistema oficial da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP.

#### **5.9 Relatórios Analíticos Bimestrais**

**5.9.1** Descrição: Relatórios de inteligência operacional que consolidam e analisam os dados de todos os modais sob uma ótica de gestão por exceção e análise de tendências, em vez de listagem exaustiva de ocorrências;

**5.9.2** Conteúdo Mínimo: Deverão contemplar:

- a) Análise de tendências e padrões estatísticos (sazonalidade, horários de pico, hotspots geográficos);
- b) Identificação de desvios significativos (anomalias) em relação às médias históricas ou metas de desempenho;
- c) Correlação de eventos críticos entre modais (ex: impacto de incidentes de alta severidade em um modal sobre os demais);
- d) Análise consolidada dos principais indicadores de desempenho (KPIs) definidos pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP; e
- e) Sumário das principais recomendações de melhoria baseadas nos dados.

**5.9.3 Periodicidade: Bimestral;**

**5.9.4** Responsável pela elaboração: Contratada;

**5.9.5** Entrega formal: Exclusivamente nos sistemas oficiais da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP;

**5.9.6** Disponibilização espelhada: Na Plataforma de Gestão de Serviços – PGS (consulta/auditoria), com exportações (CSV/JSON/PDF) para subsidiar o ateste;

**5.9.7** Validação: Gestor do Contrato da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP;

## **5.10 Relatórios de Controle e Indicadores de Desempenho**

**5.10.1** Descrição: Relatórios de natureza gerencial que apresentam a execução contratual sob a ótica de desempenho da equipe e qualidade do serviço;

**5.10.2** Conteúdo Mínimo: Devem incluir:

- a) Escalas efetivas e registro de ocupação de postos;
- b) Indicadores de produtividade e aderência operacional;
- c) Cumprimento de metas, horas executadas e substituições realizadas;
- d) Presença e pontualidade dos profissionais; e
- e) Estatísticas de atendimento e tempo médio de resposta (quando aplicável).

**5.10.3** Periodicidade: Mensal;

**5.10.4** Responsável pela elaboração: Contratada;

**5.10.5** Formato: Disponibilizado na Plataforma de Gestão de Serviços (PGS), com exportação para planilha (.xlsx) e relatório gerencial (.pdf) para formalização e entrega nos sistemas oficiais da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP;

**5.10.6** Validação: Fiscal do Contrato da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP;

**5.10.7** Finalidade: Base para medição e pagamento mensal;

## **5.11 Relatórios de Treinamento e Capacitação**

**5.11.1** Descrição: Relatórios que documentam todas as ações de capacitação, treinamento e reciclagem de profissionais vinculados ao contrato, realizados de forma presencial ou remota;

**5.11.2** Conteúdo Mínimo: Devem conter:

- a) Listagem nominal dos participantes e suas funções;
- b) Data, carga horária, conteúdo ministrado e instrutor responsável;
- c) Avaliação de desempenho e frequência mínima de 90%; e
- d) Certificados e registros de participação.

**5.11.3** Formato: Disponibilizado na Plataforma de Gestão de Serviços (PGS) (registros eletrônicos, certificados), com exportação para PDF/CSV para formalização e entrega nos sistemas oficiais da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP;

**5.11.4** Periodicidade: Semestral (mínimo 1 vez por semestre).

**5.11.5** Responsável pela elaboração: Contratada;

**5.11.6** Validação: Gestor do Contrato da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP;

**5.11.7** Finalidade: Evidenciar a manutenção da qualificação técnica exigida e garantir conformidade com o item 5 (Qualificação Técnica e Profissional);

## **5.12 Relatórios de Incidentes e Falhas**

**5.12.1** Descrição: Documento consolidado contendo o registro e a análise de ocorrências críticas, falhas operacionais, interrupções de sistemas, eventos externos ou não conformidades registradas ao longo do período. A classificação de uma ocorrência como "crítica" seguirá os critérios de severidade e impacto definidos pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP;

**5.12.2** Conteúdo Mínimo: Deverá conter:

- a) Descrição do incidente e data/hora de ocorrência;
- b) Modal impactado e sistemas envolvidos;
- c) Ações corretivas e preventivas implementadas;
- d) Tempo de resposta e medidas mitigatórias adotadas; e
- e) Análise de impacto e recomendações.

**5.12.3** Formato: Disponibilizado na Plataforma de Gestão de Serviços (PGS), com exportação para PDF para formalização e entrega nos sistemas oficiais da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP;

**5.12.4** Periodicidade: Mensal (sumário) e anual (consolidado), com entregas parciais sob demanda em caso de incidentes relevantes;

**5.12.5** Responsável pela elaboração: Contratada;

**5.12.6** Validação: Fiscal do Contrato da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP;

**5.12.7 Finalidade:** Identificar riscos operacionais e orientar ajustes de processos e rotinas do Centro de Controle Multimodal – CCM;

### **5.13 Relatório Simplificado de Causa Raiz (RCA)**

**5.13.1 Descrição:** Relatório focado na análise da causa fundamental de incidentes críticos (alta severidade), a ser elaborado e entregue sob demanda da fiscalização;

**5.13.2 Conteúdo Mínimo:** Deverá conter:

- a) Análise da causa raiz do incidente;
- b) Plano de ação para evitar reincidência; e
- c) Lições aprendidas;

**5.13.3 Formato:** Disponibilizado na Plataforma de Gestão de Serviços (PGS), com exportação para PDF para formalização e entrega nos sistemas oficiais da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP;

**5.13.4 Periodicidade:** Sob demanda;

**5.13.5 Responsável pela elaboração:** Contratada;

**5.13.6 Validação:** Fiscal do Contrato/Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP;

**5.13.7 Finalidade:** Fomentar a melhoria contínua e a gestão do conhecimento.

### **5.14 Procedimentos Operacionais (MPO/POPs) – Versão Mínima Exequível**

**5.14.1 Descrição:** Conjunto mínimo de padronização operacional, produzido e mantido pelos Supervisores da Contratada (Supervisor Operacional para procedimentos operacionais e Supervisor de Análise de Dados para procedimentos de dados/Business Intelligence – BI), para garantir uniformidade dos postos de trabalho e rastreabilidade de execução;

**5.14.2 Conteúdo Mínimo (Enxuto):**

- a) Índice dos procedimentos vigentes (código e título);
- b) POPs prioritários (5 a 10), com 1 a 3 páginas cada, contendo: objetivo, escopo, RACI simplificado, passo a passo numerado, critérios de aceite e registros/evidências (preferencialmente os já gerados pela Plataforma de Gestão de Serviços – PGS);
- c) Checklist operacional por turno (1 página) vinculado aos POPs;
- d) Change log resumido por versão (tabela: Versão | Data | Mudança resumida | Aprovador); e
- e) POPs de Dados/Business Intelligence – BI (3 a 5), focados no essencial (1–2 páginas): Validação Amostral de Entrada de Dados; Atualização de Dashboards/KPIs; Tratamento mínimo de Dados Pessoais (LGPD); RCA de Incidente de Dados; Exportação de Datasets à Fiscalização.

**5.14.3 Prazos e Atualização:**

- a) Versão inicial em D+15 da Ordem de Início;
- b) Revisão trimestral (ou antes, quando houver lições aprendidas, incidentes relevantes ou mudança de processo /sistema/legislação);

c) Submissão e aprovação: toda versão inicial ou revisada será submetida à aprovação formal da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, exclusivamente pelos sistemas oficiais; somente após a aprovação a versão se torna vigente; e

d) Guarda e acesso: a versão aprovada será juntada ao processo nos sistemas oficiais da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP e espelhada na Plataforma de Gestão de Serviços – PGS (perfil de leitura/auditoria), com exportação integral em PDF/ZIP quando solicitado;

#### **5.14.4 Responsáveis:**

a) Elaboração e atualização: Supervisores da Contratada - Supervisor Operacional para procedimentos operacionais e Supervisor de Análise de Dados para procedimentos de dados/Business Intelligence – BI (com ciência do Preposto); e

b) Aprovação: Gestor/Fiscal do contrato da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP.

#### **5.15 Cronograma de Implantação**

**5.15.1** O cronograma de execução estabelece as fases preparatórias e operacionais necessárias para a implementação e pleno funcionamento dos serviços de apoio ao Centro de Controle Multimodal (CCM);

**5.15.2** Cada etapa deverá ser executada rigorosamente dentro dos prazos definidos, observando os marcos contratuais, a supervisão da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP e os mecanismos de validação previstos neste Termo de Referência;

**5.15.3** Mobilização (D-7 a D+7) — instalação da equipe, validação de escala, parametrização da Plataforma de Gestão de Serviços – PGS e perfis de acesso Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP; Go-Live (Dia D) — início dos postos 24x7; Estabilização (D+30) — primeira revisão de Indicadores de Nível de Serviço – SLI/Objetivos de Nível de Serviço – SLO; Revisão Semestral — ajustes pactuados. Responsáveis: Contratada (execução); Fiscal do Contrato (validação);

#### **5.15.4 Observações Complementares:**

**5.15.5** Validação de Etapas: Em serviços continuados, os marcos de cada competência serão formalizados por Termos de Recebimento Provisório (atesta provisório consolidado do Fiscal) e, após saneamento de não conformidades, pelo ateste final do Gestor, exclusivamente nos sistemas oficiais. O “recebimento definitivo” aplica-se ao encerramento do contrato ou etapa conforme Art. 140 da Lei 14.133/2021;

**5.15.6** Atrasos e Penalidades: O descumprimento dos prazos estabelecidos sem justificativa aceita pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP poderá implicar:

a) Glosa proporcional no pagamento mensal;

b) Advertência formal; e

c) Aplicação de penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.

**5.16.7** Ajustes de Cronograma: A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP poderá, a seu critério, solicitar ajustes no cronograma de execução em razão de necessidades operacionais ou de integração com outros projetos, mediante comunicação formal e registro em ata;

**5.16.8** Os Termos de Aceitação Parcial serão emitidos exclusivamente nos sistemas oficiais da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP e referenciarão os registros correlatos;

#### **5.16 Procedimentos Operacionais (MPO/POPs)**

**5.16.1** Elaboração e Responsabilidades:

- a) A Contratada elaborará o Manual de Procedimentos Operacionais – MPO e os POPs que disciplinam as rotinas do contrato (operação 24x7, administrativos e de suporte);
- b) Cada Procedimento Operacional Padrão – POP conterá, no mínimo: objetivo, escopo, RACI simplificado, passo a passo numerado, critérios de aceite e registros/evidências; e
- c) Os documentos adotarão cabeçalho com código, versão, data e aprovador, e Identificador de Integridade quando disponível;

#### **5.16.2 Aprovação pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP:**

- a) Toda versão inicial e revisão será submetida à aprovação formal da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, por meio dos sistemas oficiais; e
- b) Somente após a aprovação a versão se torna vigente, devendo a Contratada comunicar e treinar a equipe afetada;

**5.16.3 Referência de Padronização:** Os POPs constituem referência de padronização e auditoria. Desvios formais de Procedimento Operacional Padrão – POP não impedem o ateste de horas, salvo quando configurarem ocorrência impeditiva;

#### **5.16.4 Atualização Contínua (Gatilhos):**

- a) O Manual de Procedimentos Operacionais – MPO/POPs será dinâmico, com revisão trimestral e gatilhos de atualização: (i) incidentes relevantes/RCA; (ii) auditorias; (iii) mudanças de processo/sistema; (iv) exigências legais; e
- b) Cada revisão manterá change log descritivo e tabela de rastreabilidade entre versão anterior e atual;

#### **5.16.5 Guarda e Acesso (Sistemas Oficiais e Plataforma de Gestão de Serviços – PGS):**

- a) A versão aprovada será juntada ao processo nos sistemas oficiais da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP e mantida em cópia espelhada na Plataforma de Gestão de Serviços – PGS (perfil de leitura/auditoria);
- b) A Plataforma de Gestão de Serviços – PGS deverá reter metadados de versão (autor, aprovador, data, identificador de integridade, vigência) e permitir exportação integral (PDF/ZIP) quando solicitado; e
- c) Rascunhos têm acesso restrito até a aprovação formal;

#### **5.16.6 Conformidade e Auditoria:**

- a) Os POPs observarão NR-17 (ergonomia), Sistema de Gerenciamento do Risco de Fadiga – FRMS (gestão de fadiga, quando aplicável), Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (minimização de dados) e políticas de Segurança da Informação compatíveis com a Plataforma de Gestão de Serviços – PGS (ex.: controle de acesso e logs); e
- b) A execução será auditável por evidências: timesheet, registros/relatórios da Plataforma de Gestão de Serviços – PGS, checklists e anexos nos sistemas oficiais;

#### **5.16.7 Treinamento e Comunicação:**

- a) A Contratada realizará treinamento inicial até D+15 e reciclagens semestrais, bem como sempre que houver alteração que afete atividades/controles; e
- b) A comunicação de nova versão ocorrerá antes da vigência, com registro de ciência da equipe na Plataforma de Gestão de Serviços – PGS;

#### **5.16.8 Processos dos Analistas de Dados (Mínimos e Exequíveis):**

- a) Os Analistas de Dados manterão 3 a 5 POPs curtos (1–2 páginas) cobrindo: validações amostrais de entrada, atualização de dashboards/KPIs, tratamento mínimo de dados pessoais (LGPD), RCA de incidentes de dados e exportações de datasets à fiscalização;



b) Os Analistas de Dados manterão 3 a 5 POPs curtos (1–2 páginas) cobrindo: validações amostrais de entrada, atualização de dashboards/KPIs, tratamento mínimo de dados pessoais (LGPD), RCA de incidentes de dados e exportações de datasets à fiscalização;

c) As atividades deverão gerar evidências simples (ex.: relatório da Plataforma de Gestão de Serviços – PGS, anexo de print/CSV, registro em checklist), suficientes para auditoria sem onerar a operação.

### **5.17 Catálogo e Estrutura Mínima dos POPs**

a) Estrutura e Conteúdo: O Manual de Procedimentos Operacionais – MPO/POPs, a ser elaborado conforme Seção 8.3, deverá conter, no mínimo: i. Índice dos Procedimentos (com códigos); ii. Modelo de Procedimento Operacional Padrão – POP (padrão enxuto, conforme modelo abaixo); iii. Controle de Versões e Change Log; iv. Tabela de Rastreabilidade (mapeando mudanças entre versões).

b) Modelo de Procedimento Operacional Padrão – POP (Estrutura Mínima): - Código/Título: Procedimento Operacional Padrão – POP-XX — [Nome] - Versão/Vigência: vX.Y — [AAAA-MM-DD] - RACI: R [função], A [função], C [função], I [função] - Objetivo e Escopo: ... - Passo a Passo (numerado): ... - Critérios de Aceite: ... - Registros /Evidências: ... - Aprovação Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP: [nome/cargo/data];

c) Lista Mínima Inicial de POPs: A Contratada deverá elaborar, na versão inicial do Manual de Procedimentos Operacionais – MPO (D+15), no mínimo 8 (oito) procedimentos prioritários, selecionados a partir da lista de referência abaixo: - Procedimento Operacional Padrão – POP-01 — Passagem de Turno (Handover) - Procedimento Operacional Padrão – POP-02 — Cobertura de Posto e Acionamento da Reserva Técnica - Procedimento Operacional Padrão – POP-03 — Registro de Jornada (Timesheet) e Conciliação com Escala - Procedimento Operacional Padrão – POP-04 — Triage e Classificação de Ocorrências - Procedimento Operacional Padrão – POP-05 — Escalonamento e Comunicação de Incidentes Críticos - Procedimento Operacional Padrão – POP-06 — Geração de Relatórios Periódicos - Procedimento Operacional Padrão – POP-07 — Tratamento de Incidentes Críticos e RCA - Procedimento Operacional Padrão – POP-08 — Gestão de Fadiga (FRMS): Pausas e Rodízios - Procedimento Operacional Padrão – POP-09 — Validação Amostral de Entrada de Dados - Procedimento Operacional Padrão – POP-10 — Atualização de Dashboards e KPIs - Procedimento Operacional Padrão – POP-11 — Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e Segurança da Informação: Minimização de Dados, Exportação Controlada e Trilha de Auditoria (PGS) - Procedimento Operacional Padrão – POP-12 — Exportação de Datasets para a Fiscalização.

### **Materiais a serem disponibilizados**

**5.18** Não será necessária a disponibilização de materiais, uma vez que o objeto da contratação se restringe à prestação de serviços de apoio operacional ao CCM, executados com a infraestrutura e recursos já disponibilizados pela Administração, sem necessidade de fornecimento de bens ou insumos pela contratada.

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

**5.19** Não se aplica;

### **Especificação da garantia do serviço**

**5.20** O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **Uniformes**

**5.21** Não será exigido o fornecimento de uniformes, uma vez que os serviços serão prestados em ambiente administrativo interno, sem atendimento ao público e sem necessidade de identificação visual específica, não havendo exigência funcional ou operacional que justifique a uniformização dos prestadores.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

**5.22** Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3** As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4** O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5** Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

**6.6** O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

**6.7** O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

**6.8** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**6.8** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**6.9.1** Gestor do Contrato: Agente responsável pela coordenação dos atos de fiscalização, análise de alterações, reequilíbrio, e pelo recebimento definitivo do objeto (Art. 16, Dec. 68.220/2023);

**6.9.2** Fiscal do Contrato: Agente responsável pelo acompanhamento e avaliação da execução do objeto (aspectos técnicos e administrativos), incluindo aferição de qualidade e quantidade, realização das medições, conferência e ateste das faturas, verificação da manutenção das condições de habilitação e emissão dos atestes provisórios (Art. 20 combinado com Arts. 16 a 18 do Dec. 68.220/2023).

### **Fiscalização Técnica**

**6.10** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

**6.11** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

**6.12** O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

**6.13** O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

**6.14** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

**6.15** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

**6.16** A fiscalização técnica do contrato deve avaliar constantemente a execução dos serviços **através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II e Modelo de Relatórios Operacionais, conforme Anexo V, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, que poderá acarretar o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.**

**6.17** Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer ao Contratado a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

**6.18** O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto do Contratado a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

**6.19** O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

**6.20** O Contratado poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

**6.21** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores que sejam previstos na documentação que compõe a contratação, devem ser aplicadas sanções ao Contratado de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

**6.22** É vedada a atribuição ao Contratado da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ele realizada.

**6.23** O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

**6.24** A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133, de 2021 (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, artigo 17, parágrafo único, 6).

**6.25** A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento do Contratado que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso (art. 47, § 2º, Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, c/c a Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 2022, e o artigo 1º, VII, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

## **6.26 Procedimentos de Comunicação e Atos Oficiais**

**6.26.1** Todos os atos contratuais formais (comunicações, determinações, registro e saneamento de não conformidades, ateste de medição e termos de recebimento) ocorrerão exclusivamente por meio dos sistemas oficiais

da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP. A Plataforma de Gestão de Serviços (PGS) da Contratada tem caráter instrumental, destinada à gestão da equipe (escalas/turnos), à gestão do ciclo de atividades (planejadas, iniciadas, em andamento e encerradas), ao timesheet eletrônico e ao registro de evidências, com acesso fiscalizatório da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, não substituindo os sistemas oficiais. É vedado o uso de e-mail, mensagens instantâneas ou Plataforma de Gestão de Serviços – PGS para atos formais do contrato; o registro obrigatório dar-se-á exclusivamente nos sistemas oficiais da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP.

**6.26.2** As versões de referência do Manual de Procedimentos Operacionais – MPO/POPs serão aprovadas e juntadas exclusivamente nos sistemas oficiais da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, passando a vigorar na data registrada no ato de aprovação. A Plataforma de Gestão de Serviços – PGS manterá cópia espelhada para consulta e auditoria; propostas de alteração não produzem efeitos até a aprovação formal.

**6.27** A fiscalização de que trata este item 6 não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante.

**6.28** As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização técnica não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.

**6.29** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

#### **Fiscalização Administrativa**

**6.30** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

**6.31** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

**6.32** A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

**6.33** Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de Contratado que mantém vínculos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

**6.33.1** No 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços, o Contratado deverá apresentar a seguinte documentação:

**6.33.1.1** Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

**6.33.1.2** Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pelo Contratado;

**6.33.1.3** Exames médicos admissionais dos empregados do Contratado que prestarão os serviços;

**6.33.1.4** Cópia de Acordo Coletivo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Sentença Normativa vigentes, e, ao longo da vigência da contratação, do(s) instrumento(s) que o suceda(m); e

**6.33.1.5** comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019, de 1974;

**6.33.2** Até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços (ou último dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, se não houver equivalente), o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações:

**6.33.2.1** Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

**6.33.2.2** Certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação neste instrumento;

**6.33.2.3** Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF - FGTS); e

**6.33.2.4** Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

**6.33.3** Quando solicitado pelo Contratante e no prazo fixado, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação a qualquer dos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação, em especial quanto aos seguintes documentos, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços (art. 50 da Lei nº 14.133, de 2021):

**6.33.3.1** Extrato da conta do INSS e do FGTS do empregado;

**6.33.3.2** Cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador o Contratante;

**6.33.3.3** Cópia dos contracheques dos empregados ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

**6.33.3.4** Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros) e de cumprimento de outras exigências a que estiver obrigado por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho; e

**6.33.3.5** Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

**6.33.4** O Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção do contrato, até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços:

**6.33.4.1** Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados que realizaram o serviço, nos termos da legislação em vigor, ou documentação que comprove que os empregados serão realocados em outra atividade do Contratado sem extinção de seus contratos de trabalho;

**6.33.4.2** Documentação relativa à concessão de Aviso Prévio Trabalhado ou Indenizado, e ao pagamento de verbas rescisórias que forem devidas, referentes às rescisões contratuais, de forma a comprovar a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados;

**6.33.4.3** Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

**6.33.4.4** Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e

**6.33.4.5** Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

**6.34** Nas hipóteses de exigência de comprovações de que tratam as subdivisões anteriores, a não apresentação dos documentos solicitados pela fiscalização contratual no prazo por ela fixado acarretará a aplicação de multa ao Contratado, conforme previsto no instrumento da contratação (art. 50 da Lei nº 14.133, de 2021).

**6.35** Sempre que houver admissão de novo empregado pelo Contratado, os documentos correspondentes aos exigidos no 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços conforme esta seção deverão ser apresentados em relação a cada novo empregado. O desligamento de empregados no curso do contrato administrativo deve ser devidamente comunicado ao Contratante, com a apresentação pelo Contratado de toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

**6.36** O Contratante deverá analisar a documentação exigida por ocasião da extinção da contratação conforme esta seção no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

**6.37** A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o Contratado deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a tentativa de sua obtenção, relativamente aos empregados alocados em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados, observando-se as seguintes disposições:

**6.37.1** O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT;

**6.37.2** Para fins de comprovação da tentativa a que se refere a subdivisão anterior, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros;

**6.37.3** Não haverá pagamento adicional pelo Contratante ao Contratado em razão do cumprimento das obrigações previstas na subdivisão anterior.

**6.38** No caso de entidades diversas, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

**6.39** Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

**6.40** Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, o Contratante oficiará à Receita Federal do Brasil (RFB).

**6.41** Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, o Contratante oficiará ao Ministério do Trabalho e Emprego.

**6.42** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento da contratação e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito do Contratante, com base nos arts. 50 e 121 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.42.1** O Contratante adotará as medidas cabíveis para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas e demais obrigações contratuais pelo Contratado sempre que identificar descumprimento, inclusive quando for cientificado dessa circunstância por meio do recebimento de notificação formal enviada por trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou outro meio idôneo.

**6.43** Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, até que a situação seja regularizada (art. 121, § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021).

**6.43.1** Não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, que serão deduzidas do pagamento devido ao Contratado.

**6.43.1.1** O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas na subdivisão acima.

**6.43.1.2** Os pagamentos das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado não configuram vínculo empregatício, tampouco implicam a assunção de responsabilidade pelo Contratante em relação aos empregados do Contratado por quaisquer obrigações dele decorrentes.

**6.44** O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

**6.45** O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**6.46** A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

**6.47** Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.48** As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização administrativa não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.

**6.49** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

### **Gestor do Contrato**

**6.50** O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

**6.51** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

**6.52** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

**6.53** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

**6.54** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

**6.55** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### **Relatórios de Acompanhamento**

**6.56** As versões de referência do Manual de Procedimentos Operacionais – MPO/POPs serão aprovadas e juntadas exclusivamente nos sistemas oficiais da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, passando a vigorar na data registrada no ato de aprovação. A Plataforma de Gestão de Serviços – PGS manterá cópia espelhada para consulta e auditoria; propostas de alteração não produzem efeitos até a aprovação formal.

### **Reuniões Periódicas**

**6.57** Reuniões mensais de acompanhamento (operacionais) e semestrais de revisão (estratégicas), ambas registradas nos sistemas oficiais da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, com plano de ações e prazos.

### **Registro de Não Conformidades**

**6.58** Qualquer desvio na qualidade ou conformidade dos serviços será registrado formalmente pelo Fiscal do Contrato como Não Conformidade, por meio do sistema oficial da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP;

**6.58.1** A Contratada será notificada pelo sistema e deverá, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, apresentar um Plano de Ação (contendo causa raiz, ação corretiva e prazo de execução). O prazo de 2 (dois) dias úteis será contado a partir do primeiro dia útil subsequente à notificação;

**6.58.2** O Fiscal avaliará o Plano de Ação. A falha na apresentação, a rejeição do plano ou o descumprimento do prazo de correção ensejará a aplicação da glosa proporcional, e das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

### **Auditorias Internas**

**6.59** A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP poderá realizar auditorias internas periódicas ou extraordinárias para verificar processos, procedimentos, relatórios e registros da contratada;

**6.59.1** Relatórios de auditoria geram notificações formais à contratada, com prazos para correção ou melhoria das falhas detectadas.

### **Níveis de Serviço (SLO / Indicadores de Nível de Serviço – SLI)**

**6.60** A qualidade dos serviços será medida por Indicadores de Nível de Serviço (SLIs) que compõem os Objetivos de Nível de Serviço (SLOs), apurados mensalmente pelo Fiscal do Contrato com base nas evidências da Plataforma de Gestão de Serviços – PGS. O descumprimento das metas (SLOs) ensejará a aplicação de sanção, sem prejuízo da glosa.

**6.61** Objetivos de Nível de Serviço – SLO-Plataforma de Gestão de Serviços – PGS (Disponibilidade Funcional da Plataforma de Gestão de Serviços – PGS): percentual mensal de tempo em que a Plataforma de Gestão de Serviços – PGS esteve acessível à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP com timesheet íntegro e logs operacionais aptos à auditoria. Meta: ≥ 99,5%/mês (excluídas janelas de manutenção comunicadas com ≥ 24 h). Saneamento: 4 h (crítico), 8 h (alto), D+1 (médio). Post-mortem: D+2.



## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

**7.1** A avaliação da execução do objeto utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme previsto no **Anexo II**, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

**7.1.1** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

**7.1.1.1** não tenha produzido os resultados acordados;

**7.1.1.2** tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

**7.1.1.3** tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**7.2** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**7.3** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

### **Medição e Pagamento**

**7.4.1** O modelo de pagamento será por valor-hora unitário por perfil de posto de trabalho, vedado o pagamento por preço global mensal por posto.

**7.4.2** O valor mensal a ser faturado pela CONTRATADA corresponderá ao somatório das horas efetivamente prestadas e comprovadas por perfil, multiplicado pelo respectivo valor-hora unitário pactuado;

**7.4.3** A comprovação das horas dar-se-á pelo cruzamento das seguintes evidências, extraídas da Plataforma de Gestão de Serviços – PGS e validadas pelo Fiscal do Contrato da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP:

a) Registro de jornada (timesheet eletrônico) do profissional alocado;

b) Aderência à escala de serviço previamente aprovada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP; e

c) Evidências de execução das atividades (ex: logs de sistema, registros de handover);

**7.4.4** Fica vedado o aceite de lançamentos manuais fora da Plataforma de Gestão de Serviços – PGS sem trilha de auditoria. A Plataforma de Gestão de Serviços – PGS deverá manter logs imutáveis (WORM ou equivalente) de autenticação, edição e exportações;

a) Cenário Operacional de Referência: O dimensionamento orçamentário considera a capacidade física máxima instalada de 06 (seis) posições de trabalho simultâneas em regime ininterrupto (24h), permitindo a equiparação futura dos turnos diurno e noturno conforme a demanda, sem necessidade de aditivos de quantidade para este fim;

b) Fator Mensal: Utiliza-se o fator médio de 30,4167 dias/mês exclusivamente para a memória de cálculo da estimativa, vedada sua utilização para fins de faturamento mensal fixo;

c) Horas de Referência Mensais Estimadas: O quantitativo total de horas para fins de disputa e reserva orçamentária corresponde a: O quantitativo total de horas para fins de disputa e reserva orçamentária para a função de Operador de Centro de Controle Multimodal (CCM) corresponde à demanda operacional inicial de 3.285 horas (considerando 06 postos operacionais ativos no turno diurno e 03 postos operacionais ativos no turno noturno em escala 12x36).

d) Disputa e Faturamento: A disputa de preços na licitação ocorrerá sobre o total das horas de referência (3.285 h), que corresponde à demanda operacional inicial. No entanto, a execução contratual e o faturamento mensal observarão estritamente a escala efetivamente realizada (inicialmente dimensionada em 06 postos diurnos e 03 noturnos), remunerando-se apenas as horas trabalhadas por posto ocupado;

**7.4.5** A estimativa de valor toma por base pesquisa de preços e memória de cálculo anexadas aos autos do processo, em observância ao art. 6º, XXIII, 'i';

**7.4.6** A elaboração da proposta comercial deverá observar rigorosamente a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) vigente das categorias representadas, utilizando o Piso Salarial específico para a função de “Operador de Monitoramento Eletrônico” ou equivalente. Devem ser computados todos os benefícios obrigatórios, nos valores atualizados pela norma coletiva. A adoção da jornada especial 12x36 deve estar amparada na referida CCT e na CLT, garantindo-se a correta remuneração dos feriados trabalhados conforme jurisprudência aplicável.

## **7.5 Glosa Proporcional – Regras, Critérios e Rito**

### **7.5.1 Conceito e Alcance:**

- a) Glosa é o não pagamento de serviços não prestados ou prestados em desconformidade com este TR, seus anexos e a legislação aplicável;
- b) Glosa não é sanção administrativa: sanções e não se acumulam com a mesma base de cálculo (vedada dupla penalização pelo mesmo fato); e
- c) A glosa aplica-se exclusivamente sobre a parcela afetada da medição;

### **7.5.2 Hipóteses Objetivas de Glosa (Gatilhos):**

- a) Considera-se posto descoberto o período contínuo igual ou superior a 30 (trinta) minutos entre o início da vacância e a entrada do substituto;
- b) Ausência não justificada: profissional escalado não comparece e não há reposição tempestiva;
- c) Registro inválido de jornada (PGS): apontamentos sem trilha de auditoria ou com indício de fraude;
- d) Inobservância de qualificação mínima: horas executadas por profissional sem o requisito mínimo exigido para o posto/função;
- e) Descumprimento de escala aprovada que reduza a cobertura planejada; e
- f) Evidência de entrega inexistente: atividades críticas previstas em Procedimento Operacional Padrão – POP /Checklist sem evidência mínima (ex.: handover obrigatório do turno).

### **7.5.3 Tolerâncias e Exceções:**

- a) Tolerância operacional: desvios formais de Procedimento Operacional Padrão – POP sem impacto mensurável em continuidade/segurança não geram glosa; tratam-se via Registro de Não Conformidade – RNC e plano de ação;
- b) Contingência de Plataforma de Gestão de Serviços – PGS: quando adotado o procedimento oficial de contingência (planilha padrão + lançamento posterior), não há glosa por indisponibilidade da Plataforma de Gestão de Serviços – PGS; e
- c) Força maior: fatos supervenientes devidamente comprovados podem afastar a glosa na competência, a critério do Fiscal.

### **7.5.4 Fórmulas e Cálculo (Regra 1:1 e Proporcionalidade):**

- a) Regra geral (1:1): valor glosado = valor-hora do posto × horas não prestadas / inválidas;
- b) Posto descoberto parcial: valor glosado = valor-hora do posto × (minutos descobertos ÷ 60);
- c) Qualificação insuficiente: glosa sobre todas as horas executadas pelo profissional inabilitado no período;
- d) Qualificação insuficiente: glosa sobre todas as horas executadas pelo profissional inabilitado no período;

e) Meta de cobertura (SLO): eventuais multas por Objetivos de Nível de Serviço – SLO (13.5.1) incidem além da glosa e somente sobre a parcela residual não coberta pela glosa, vedada base comum.

#### **7.5.5 Rito Processual Simplificado (na mesma competência):**

a) Detecção: a Fiscalização identifica possíveis glosas a partir do cruzamento Plataforma de Gestão de Serviços – PGS (timesheet) × escala aprovada × evidências;

b) Registro de Não Conformidade – RNC e ciência: emissão de Registro de Não Conformidade no Sistema Eletrônico de Informações – Sistema Eletrônico de Informações – SEI (sistema oficial da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP) com descrição, base, período e valor estimado;

c) Contraditório: prazo de 2 (dois) dias úteis para manifestação/justificativa e envio de evidências;

d) Decisão e aplicação: decisão do Fiscal registrada no Sistema Eletrônico de Informações – SEI antes do ateste; a glosa é abatida na mesma competência; e

e) Revisão posterior: evidência superveniente aceita pode motivar estorno/compensação na competência subsequente, mediante decisão formal registrada no Sistema Eletrônico de Informações – SEI;

#### **7.5.6 Amostragem e Auditoria Leve**

a) A Fiscalização poderá auditar até 5% dos turnos/mês, rotativamente, com base nas evidências nativas da Plataforma de Gestão de Serviços – PGS (logs, checklists, relatórios); e;

b) Sem exigência de documentos adicionais além dos previstos neste TR, salvo investigação específica.

#### **7.5.7 Transferência e Trilha de Auditoria**

a) A Contratada manterá, na Plataforma de Gestão de Serviços – PGS, logs imutáveis/auditáveis de quem/que /quando, exportáveis em CSV/JSON/ZIP; e

b) As decisões de glosa serão registradas exclusivamente nos sistemas oficiais da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, com referência aos anexos/evidências.

### **Do recebimento**

**7.6** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **15 (quinze)** dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

**7.7** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

**7.8** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

**7.9** O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

**7.10** O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

**7.11** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade mensal:

- 7.11.1** o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 7.11.2** o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.12** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.13** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.14** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 7.15** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.16** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 7.17** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.18** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.18.1** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);
- 7.18.2** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 7.18.3** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 7.18.4** Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e
- 7.18.5** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.19** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.20** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**7.21** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

**7.22** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

**7.22.1** O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.23** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.24** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

**7.25** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.26** A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

**7.27** Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

**7.28** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.29** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

**7.30** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

## **Prazo de pagamento**

**7.31** O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

**7.32** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

## **Forma de pagamento**

**7.33** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

**7.33.1** Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

**7.34** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.35** O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

**7.35.1** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.36** O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

# **8. CRITÉRIO DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO**

## **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**8.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

**8.2** A PoC tem por finalidade comprovar, de forma prática e em ambiente controlado, a aderência mínima obrigatória da Plataforma de Gestão de Serviços (PGS) aos requisitos funcionais e de integridade definidos na Seção 8.2.2, assegurando rastreabilidade, auditoria e suporte à medição (PGS × escala × evidências) e aos controles de glosa (Seção 7.4), antes da homologação do resultado. Esta exigência se justifica como medida excepcional de segurança e mitigação de risco operacional, trabalhista e de fiscalização, dada a criticidade dos serviços de apoio operacional 24x7 ao CCM e a centralidade da PGS para a gestão e controle da execução contratual, nos termos dos arts. 17, § 3º e 41, II, da Lei nº 14.133/2021.

## **Regime de Execução**

**8.3** O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

**8.3.1** Prestação continuada com dedicação de mão de obra, sob modelo por hora efetivamente prestada por posto de trabalho, vedado preço global por posto/mês. O faturamento é variável, calculado por valores-hora unitários por perfil e limitado aos postos autorizados, observado o cruzamento Plataforma de Gestão de Serviços – PGS (timesheet) × escala × evidências.

**8.3.2** Consideram-se “postos autorizados” os postos efetivamente previstos na escala aprovada pela ARTESP para cada turno.

#### **Exigências de habilitação**

**8.4** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### **Habilitação jurídica**

**8.5 Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.6 Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio

**8.7 Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.8 Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

**8.9 Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.10 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**8.11 Ato de autorização** para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**8.12** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**8.13** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**8.14** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.15** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.16** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**8.17** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.18** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**8.19** Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.20** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

**8.21** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

**8.22** Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

### **Qualificação Técnica**

**8.23** Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

**8.23.1** A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

**8.24** Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional competente, em plena validade;

**8.24.1** Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

### **Qualificação Técnico-Operacional**

**8.25** Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

**8.25.1** Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

**8.25.1.1** Deverá haver a comprovação da experiência mínima na prestação de serviços similares, sendo aceito o somatório de atestados ou certidões de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os meses serem ininterruptos;



**8.25.1.2** Comprovação de que já executou contrato(s) com um mínimo de **30% (trinta por cento)** do número de postos de trabalho a serem contratados;

**8.25.2** Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017, aplicável por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 2022, c/c o art. 1º, inciso VII, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023;

**8.25.3** Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

**8.25.4** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos;

**8.25.5** O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

**8.26** Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora;

**8.27** A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitidos em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133, de 2021 e a disciplina sobre o tema.

### **Qualificação Técnico-Profissional**

**8.28** Apresentação dos profissionais indicados para execução dos serviços, devidamente registrados no conselho profissional competente, com a respectiva indicação dos serviços para os quais serão responsáveis no âmbito da execução contratual.

**8.28.1** O(s) profissional(is) indicado(s) na forma da subdivisão acima deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021);

**8.28.2** Por ocasião do início da execução do contrato, a comprovação do vínculo do(s) profissional(is) a que se refere a subdivisão anterior poderá se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, de anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços, ou, no caso de sócio(s), de cópia do contrato social atualizado;

**8.28.3** Deve o licitante apresentar relação dos compromissos assumidos que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico indicado na subdivisão anterior;

**8.28.4** Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

**8.28.5** Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da contratação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, a saber:

**Supervisor Operacional:** Coordenar a operação diária do Centro de Controle Multimodal – CCM, garantir a cobertura de postos e atuar como ponto focal de comunicação

**Formação:** Ensino superior completo em Engenharia (qualquer modalidade), Administração, Gestão de Processos, Tecnologia da Informação ou áreas correlatas;

**Experiência Profissional:** Mínimo de 3 (três) anos de experiência comprovada em coordenação ou supervisão de equipes operacionais, preferencialmente em centros de controle, salas de monitoramento ou operações 24x7;

**Conhecimentos Técnicos Obrigatórios:**

- Gestão de escalas e jornadas de trabalho (CLT);
- Noções de Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD aplicadas à operação;
- Ferramentas de controle operacional e gestão de equipes;
- Elaboração de relatórios gerenciais e POPs.

**Conhecimentos Desejáveis:**

- Conhecimento em metodologias de gestão de incidentes (como ITIL) e/ou certificação ITIL Foundation;
- Experiência no setor de transportes ou infraestrutura crítica;
- Conhecimento em gestão de riscos operacionais (ISO 31000);
- Ferramentas de Business Intelligence (Power Business Intelligence – BI, Tableau ou similares).

**Responsabilidades:** Planejar escalas, orquestrar o fluxo de incidentes, garantir a aderência a procedimentos e supervisionar a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, atuando sempre sob as diretrizes da ARTESP e sem exercer prerrogativas de decisão institucional.

**Entregáveis:** Relatório de turno, dashboard de cobertura de postos, atas de reunião e relatórios post-mortem;

**SLOs:** Cobertura de postos  $\geq 99\%$ ; tempo de recomposição de posto vago  $\leq 3h$ ; comunicação de incidentes críticos  $\leq 15$  min. Todos os indicadores de nível de serviço (SLA/Indicadores de Nível de Serviço – SLI/Objetivos de Nível de Serviço – SLO) deverão ser configuráveis, gerenciáveis e monitoráveis na Plataforma de Gestão de Serviços – PGS.

**Supervisor de Análise de Dados:** Coordenar e supervisionar as atividades da equipe de Analistas de Dados, garantindo a qualidade, tempestividade e integridade das análises e painéis produzidos.

**Formação:** Ensino superior completo em Estatística, Ciência de Dados, Ciência da Computação, Engenharia (qualquer modalidade), Matemática, Economia, Administração com ênfase em Analytics ou áreas correlatas. Pós-graduação (especialização, MBA ou mestrado) em Business Intelligence, Data Science, Big Data ou áreas correlatas será considerada diferencial;

**Experiência Profissional:** Mínimo de 4 (quatro) anos de experiência comprovada em análise de dados, Business Intelligence ou Data Science, sendo pelo menos 2 (dois) anos em coordenação ou supervisão de equipes de dados /analytics.

**Conhecimentos Técnicos Obrigatórios:**

- Domínio de ferramentas de Business Intelligence – BI (Power Business Intelligence – BI, Tableau, Qlik ou similares);
- Linguagens de consulta e manipulação de dados (SQL avançado);
- Linguagem de programação Python para análise e manipulação de dados;
- Sistemas de Informação Geográfica - GIS (ArcGIS, QGIS ou similares);
- Metodologias de ETL (Extract, Transform, Load);
- Princípios de governança de dados e qualidade de dados;
- Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD aplicada à gestão de dados;
- Gestão de projetos analíticos e metodologias ágeis;
- Elaboração de documentação técnica e notas metodológicas.

**Conhecimentos Desejáveis:**

- Linguagem de programação R para análise estatística;
- Conhecimento em Machine Learning e análise preditiva;
- Experiência com plataformas de Big Data (Hadoop, Spark);
- Certificações em ferramentas de Business Intelligence – BI (Microsoft Certified: Data Analyst Associate, Tableau Desktop Specialist ou similares);

- Experiência no setor de transportes, infraestrutura ou regulação;
- Conhecimento em Data Warehouse e modelagem dimensional.

**Responsabilidades:** Planejar e distribuir demandas analíticas, validar metodologias e datasets, supervisionar a qualidade dos dashboards e relatórios, garantir aderência aos princípios da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, coordenar entregas de produtos analíticos e atuar como ponto focal técnico para questões de Business Intelligence e GIS, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisão da ARTESP, mas sem proferi-la.

**Entregáveis:** Plano de trabalho da equipe de análise, relatórios de qualidade dos produtos analíticos, validação de dashboards críticos, atas de alinhamento técnico e notas metodológicas consolidadas.

**SLOs:** Validação de dashboards críticos  $\leq 8h$  úteis após entrega; taxa de retrabalho em produtos analíticos  $< 5\%$ ; atendimento de demandas prioritárias da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP  $\leq 4h$ ; disponibilidade para alinhamentos técnicos  $\geq 95\%$ . Todos os indicadores de nível de serviço (SLA/Indicadores de Nível de Serviço – SLI/Objetivos de Nível de Serviço – SLO) deverão ser configuráveis, gerenciáveis e monitoráveis na Plataforma de Gestão de Serviços – PGS.

**Analistas de Dados (BI/GIS):** Transformar dados operacionais em análises e painéis para subsidiar a tomada de decisão.

**Formação:** Ensino superior completo em Estatística, Ciência de Dados, Ciência da Computação, Engenharia (qualquer modalidade), Matemática, Economia, Geografia (para foco em GIS), Tecnologia da Informação ou áreas correlatas.

**Experiência Profissional:** Mínimo de 2 (dois) anos de experiência comprovada em análise de dados, desenvolvimento de dashboards, Business Intelligence ou análise geoespacial (GIS).

#### **Conhecimentos Técnicos Obrigatórios:**

- Ferramentas de Business Intelligence – BI (Power Business Intelligence – BI, Tableau, Qlik ou similares);
- SQL para consulta e manipulação de dados;
- Linguagem de programação Python para análise e manipulação de dados;
- Ferramentas de GIS (ArcGIS, QGIS ou similares) para criação de mapas e análises espaciais;
- Processos de ETL e integração de dados;
- Criação e manutenção de dashboards e relatórios;
- Noções de Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD aplicada ao tratamento de dados;
- Excel avançado (tabelas dinâmicas, fórmulas complexas, macros);

#### **Conhecimentos Desejáveis:**

- Linguagem de programação R para análise estatística;
- Conhecimento em modelagem de dados e Data Warehouse;
- Ferramentas de versionamento (Git);
- Experiência com APIs e integração de sistemas;
- Conhecimento em análise estatística e visualização de dados;
- Experiência no setor de transportes ou infraestrutura.

**Responsabilidades:** Construir e manter dashboards, executar rotinas de ETL, aplicar princípios da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, produzir análises de tendência e gerir o ciclo de vida dos dados, fornecendo insumos para a análise crítica e decisão da ARTESP.

**Entregáveis:** Painéis publicados, datasets curados, notas metodológicas e relatórios de qualidade.

**SLOs:** Atualização de painéis críticos até D+1; taxa de falha de atualização  $< 2\%$ ; atendimentos ad hoc prioritários  $\leq 4h$ . Todos os indicadores de nível de serviço (SLA/Indicadores de Nível de Serviço – SLI/Objetivos de Nível de Serviço – SLO) deverão ser configuráveis, gerenciáveis e monitoráveis na Plataforma de Gestão de Serviços – PGS.

**Operadores de Centro de Controle:** Monitorar continuamente as fontes operacionais, registrar e tratar ocorrências conforme os procedimentos.

**Formação:** Ensino médio completo. Ensino superior em andamento ou completo em qualquer área será considerado diferencial.

**Experiência Profissional:** Mínimo de 1 (um) ano de experiência comprovada em atividades de monitoramento, atendimento, controle operacional ou atividades similares que envolvam registro e acompanhamento de ocorrências.

**Conhecimentos Técnicos Obrigatórios:**

- Operação de sistemas informatizados e plataformas web;
- Redação clara e objetiva de registros e relatórios;
- Noções de classificação e priorização de eventos;
- Capacidade de seguir procedimentos e protocolos estabelecidos;
- Noções básicas de Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e confidencialidade de informações;
- Comunicação efetiva oral e escrita;
- Capacidade de trabalho em regime de turnos 12x36 (diurno/noturno, incluindo finais de semana e feriados), com ciência e concordância formal quanto à escala e aptidão para mitigação de riscos de absenteísmo/turnover (SLO de Cobertura de Postos e Sistema de Gerenciamento do Risco de Fadiga – FRMS).

**Conhecimentos Desejáveis:**

- Experiência em centros de controle, NOC (Network Operations Center) ou SOC (Security Operations Center);
- Conhecimento do setor de transportes;
- Noções de gestão de incidentes (ITIL).
- Responsabilidades: Monitorar sistemas, aplicar regras de triagem, executar passagem de turno e preservar a cadeia de evidências, seguindo estritamente os procedimentos operacionais padrão e diretrizes da ARTESP, sem autonomia para tomada de decisão ou juízo de mérito.
- Entregáveis: Registros de ocorrências, sumário de turno e evidências anexas.

**SLOs:** Abertura de registro  $\leq 5$  min do conhecimento do evento; atualização de status a cada 30 min em ocorrências ativas. Todos os indicadores de nível de serviço (SLA/Indicadores de Nível de Serviço – SLI/Objetivos de Nível de Serviço – SLO) deverão ser configuráveis, gerenciáveis e monitoráveis na Plataforma de Gestão de Serviços – PGS.

**Limite de Autoridade:** É vedado ao Operador reclassificar ou encerrar incidentes de alta criticidade sem a validação de um superior.

**Analistas Administrativos:** Assegurar a organização documental e o fluxo administrativo do Centro de Controle Multimodal – CCM

**Formação:** Ensino superior completo em Administração, Gestão Pública, Secretariado Executivo, Ciências Contábeis ou áreas correlatas.

**Experiência Profissional:** Mínimo de 2 (dois) anos de experiência comprovada em atividades administrativas, gestão documental, controle de processos ou rotinas de apoio administrativo em organizações públicas ou privadas.

**Conhecimentos Técnicos Obrigatórios:**

- Gestão de documentos e protocolos;
- Redação oficial e elaboração de atas, ofícios e relatórios;
- Controle de prazos e organização de agendas;
- Pacote Office (Word, Excel, PowerPoint) em nível avançado;
- Sistemas de gestão documental e protocolo eletrônico;
- Noções de Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD aplicada à gestão documental.

**Conhecimentos Desejáveis:**

- Experiência em órgãos públicos ou ambientes regulados;
- Conhecimento de legislação administrativa básica (Lei 14.133/2021, Lei de Acesso à Informação);
- Ferramentas de gestão de processos (BPM);

- Conhecimento de sistemas Sistema Eletrônico de Informações – SEI (Sistema Eletrônico de Informações) ou similares;
- Técnicas de arquivamento e classificação documental;

**Responsabilidades:** Gerir documentos e processos, controlar o recebimento de arquivos, apoiar auditorias e consolidar indicadores administrativos, em conformidade com as orientações da ARTESP e sem assunção de responsabilidades decisórias

**Entregáveis:** Controle de prazos, atas, ofícios e relatórios de conformidade.

**SLOs:** Registro de comunicações oficiais 100% no prazo; rastreabilidade documental de 100%. Todos os indicadores de nível de serviço (SLA/Indicadores de Nível de Serviço – SLI/Objetivos de Nível de Serviço – SLO) deverão ser configuráveis, gerenciáveis e monitoráveis na Plataforma de Gestão de Serviços – PGS.

## 8.29. Documentação Obrigatória:

- a) Diplomas, certificados ou declarações de instituições de ensino reconhecidas pelo MEC que comprovem a formação acadêmica exigida;
- b) Certificados de cursos, treinamentos ou certificações profissionais mencionadas como conhecimentos técnicos obrigatórios ou desejáveis;
- c) Currículos detalhados de todos os profissionais alocados, contendo histórico profissional, formação acadêmica e especializações.

**Testes e Avaliações Técnicas:** A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer momento durante a vigência do contrato:

- Aplicar testes técnicos escritos ou práticos para aferir os conhecimentos e habilidades dos profissionais alocados, especialmente para as funções de Supervisor de Análise de Dados, Analistas de Dados e Supervisor Operacional;
- Realizar entrevistas técnicas individuais ou em grupo para avaliar a adequação dos profissionais às demandas do Centro de Controle Multimodal – CCM;
- Solicitar demonstrações práticas de uso de ferramentas, sistemas ou metodologias mencionadas nos requisitos de qualificação;
- Exigir a apresentação de portfólios, casos de uso, dashboards ou outros produtos desenvolvidos em experiências anteriores (desde que não violem acordos de confidencialidade).

**CrITÉRIOS de Aprovação:** Os profissionais que não demonstrarem conhecimento técnico mínimo compatível com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência deverão ser substituídos pela Contratada em até 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer ônus adicional para a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP. A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP poderá determinar o afastamento imediato do profissional do posto/escala até a efetiva substituição, vedado seu retorno sem nova validação. As horas do profissional reprovado/afastado não serão faturáveis e estarão sujeitas à glosa proporcional, conforme Seções referente a (Glosas) e Medição e Pagamento), sem prejuízo das penalidades cabíveis e das medidas previstas nesse Termo de Referência.

**Validação Prévia:** Todos os profissionais deverão ter suas qualificações validadas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP antes do início efetivo das atividades. A carga de documentação comprobatória deverá ser realizada nos sistemas oficiais da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP antes do primeiro turno de trabalho.

**Manutenção de Qualificação:** A Contratada deverá promover treinamentos contínuos e capacitações para manter a equipe atualizada quanto a novos sistemas, processos, legislações (especialmente Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) e melhores práticas aplicáveis ao Centro de Controle Multimodal – CCM.

## Observações Transversais

**Ergonomia e Turnos:** Deverão ser previstas condições adequadas de posto de trabalho, pausas e avaliação ergonômica, conforme NR-17. b) Boas Práticas de Sala de Controle: Adotar princípios de fatores humanos (ISO 11064) e gerenciamento de alarmes (EEMUA 191);

**Gestão de Incidentes:** Utilizar fluxo alinhado a práticas ITIL (registro → triagem → comunicação → resolução → post-mortem). d) Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD: Todas as rotinas que envolvam dados pessoais devem observar os princípios da lei, com treinamento básico obrigatório para todos os perfis.

### **Procedimentos para Substituição de Profissionais**

- Sempre que a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP identificar que um profissional não atende aos requisitos de qualificação ou não apresenta desempenho satisfatório, poderá solicitar formalmente sua substituição.
- A Contratada deverá providenciar a substituição em até 48 (quarenta e oito) horas, apresentando profissional com qualificação igual ou superior ao substituído.
- As substituições serão solicitadas e aprovadas exclusivamente nos sistemas oficiais da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, com carga prévia de toda documentação comprobatória exigida na Seção 5.6 antes do início das atividades do novo profissional.
- Durante o período de transição, a Contratada deverá garantir a continuidade das atividades, não sendo admitida redução da cobertura de postos ou da qualidade dos serviços prestados. O descumprimento sujeitará a Contratada à glosa proporcional das horas não cobertas e/ou das entregas com qualidade inferior, conforme Seções (Glosas) e (Medição e Pagamento), sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

### **Outras comprovações**

**8.30** Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

**8.31** Tratando-se de consórcio:

**8.31.1** Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- Designação do consórcio e sua composição;
- Finalidade do consórcio;
- Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

**8.31.2** O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

**8.31.3** Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.31.4** A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1 O valor estimado total da contratação é de **R\$ 8.516.705,25 (oito milhões, quinhentos e dezesseis mil, setecentos e cinco reais e vinte e cinco centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

**10.2** No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: **39057/39601;**

II) Fonte de Recursos: **150140001;**

III) Programa de Trabalho: **26130393649130000;**

IV) Elemento de Despesa: **33.90.35;**

V) Plano Interno: **000.000.0100.**

**10.3** Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **11. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANITA PEREIRA WOLFF**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 13:04:30.*

ESP-AG.REG.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.ESP.SP.

## Estudo Técnico Preliminar 2/2026

### 1. Informações Básicas

Número do processo: 134.00000873/2026-07

### 2. Descrição da necessidade

O objeto da presente contratação consiste na **prestação de serviços de apoio operacional ao Centro de Controle Multimodal (CCM) da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP**, com a finalidade de assegurar a continuidade, a eficiência e a confiabilidade das atividades estratégicas desempenhadas por referido Centro.

O objetivo primordial do certame é **garantir o pleno funcionamento do CCM**, proporcionando suporte operacional, técnico e analítico à gestão multimodal de transportes, em consonância com os princípios do planejamento, da eficiência, da continuidade do serviço público e da governança, nos termos da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**.

Registre-se que a pretensa contratação visa **assegurar a continuidade dos serviços atualmente executados no âmbito do Contrato nº 0449/ARTESP/2021**, o qual se encontra vigente, com término previsto para **16 de agosto de 2026**, não sendo juridicamente viável nova prorrogação contratual, o que impõe a adoção tempestiva das medidas necessárias à manutenção ininterrupta dos serviços essenciais.

O Centro de Controle Multimodal – CCM configura-se como **elemento estruturante da modernização operacional e tecnológica da ARTESP**, promovendo a integração de dados, a reengenharia de processos e o fortalecimento das capacidades analíticas e preditivas indispensáveis ao exercício eficiente das funções regulatórias e fiscalizatórias da Agência.

A contratação compreende a **prestação de apoio operacional integral ao CCM**, abrangendo, entre outras atividades, o monitoramento contínuo, o tratamento e a análise de dados multimodais, a supervisão técnica das rotinas internas do Centro, bem como o suporte administrativo necessário ao seu regular funcionamento. Tal estrutura viabiliza a implementação de soluções integradas, com interfaces adequadas, assegurando a **soberania, a segurança, a integridade e o controle dos dados institucionais**.

A eventual não execução da presente contratação acarretaria **risco relevante à capacidade operacional, regulatória e institucional da ARTESP**, notadamente em razão dos seguintes impactos:

- a) **Comprometimento do processamento e da correlação de dados multimodais**, com a manutenção de sistemas fragmentados, ausência de visão consolidada das informações e redução da capacidade decisória baseada em evidências técnicas;
- b) **Fragilização das atividades fiscalizatórias e regulatórias**, decorrente da dependência de processos predominantemente reativos, com prejuízo ao acompanhamento do cumprimento de obrigações contratuais e à produção de evidências técnicas qualificadas;
- c) **Redução da eficiência na resposta a incidentes e eventos críticos**, resultando em respostas tardias e desarticuladas a acidentes, ocorrências operacionais e falhas sistêmicas;



d) **Risco à segurança da informação e à transparência pública**, em razão de limitações na rastreabilidade, integridade e proteção dos dados, com potencial exposição de informações sensíveis e prejuízo à prestação de contas à sociedade.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Centro de Controle Multimodal	Rudyard Panzarini Paiva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Finalidade e Enquadramento Institucional

A presente contratação possui caráter estratégico e é necessária para viabilizar o pleno exercício das novas atribuições regulatórias conferidas à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, ampliadas pela Lei Complementar nº 1.413/2024 e pelo programa governamental “São Paulo na Direção Certa”.

A contratação visa assegurar suporte operacional e analítico contínuo ao Centro de Controle Multimodal (CCM), estrutura essencial à fiscalização, ao monitoramento integrado e à gestão dos serviços públicos de transporte concedidos no Estado de São Paulo.

Abrangência Multimodal da Contratação

A contratação deverá contemplar apoio operacional e analítico ao Centro de Controle Multimodal (CCM), responsável pela consolidação, integração e análise de informações, indicadores e ocorrências provenientes de todos os modais de transporte público sob regulação da ARTESP, conforme descrito a seguir:

a) Modal Rodoviário

Abrange mais de 11,7 mil quilômetros de rodovias concedidas, distribuídas em 351 municípios e operadas por 22 concessionárias. O CCM deverá integrar dados operacionais em tempo real, subsidiando a tomada de decisão regulatória, a fiscalização e a gestão de ocorrências relevantes.

b) Modal Metroferroviário

Compreende a rede metroviária e o transporte ferroviário de passageiros, incluindo o Trem Intercidades (TIC). O CCM deverá consolidar informações de controle operacional, proporcionando visão integrada da mobilidade regional e apoio à atuação regulatória.

c) Modal de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano

Abrange mais de 1.500 linhas sob regulação direta, com frota superior a 24 mil veículos. O CCM deverá permitir análises de desempenho operacional, regularidade, pontualidade e indicadores de satisfação do usuário.

d) Modal Hidroviário

Inclui serviços de travessias litorâneas e transporte aquaviário. O CCM deverá integrar dados operacionais, meteorológicos e de maré, possibilitando a avaliação de impactos ambientais e operacionais.

e) Modal Aeroportuário

Abrange 27 aeroportos regionais concedidos. O CCM deverá apoiar a análise de conectividade, desempenho operacional e impactos de eventos climáticos e logísticos.

f) Integração Multimodal

O CCM deverá consolidar, em ambiente único, os dados provenientes de todos os modais, possibilitando análise cruzada de informações, gestão integrada de alertas e suporte à tomada de decisão estratégica baseada em dados.

Plataforma de Gestão de Serviços (PGS)

Integra o objeto da contratação o fornecimento, pela Contratada, sem ônus adicional, de acesso a uma Plataforma de Gestão de Serviços (PGS), destinada ao suporte à gestão operacional do contrato.

A PGS deverá contemplar, no mínimo:

- Gestão da equipe alocada;
- Gestão do ciclo de atividades (planejadas, iniciadas, em andamento e encerradas);
- Registro de jornada (timesheet eletrônico);
- Armazenamento de evidências operacionais.

A ARTESP deverá dispor de acesso em modo leitura, exclusivamente para fins de controle, medição, fiscalização e auditoria da execução contratual.

A PGS não substitui, em hipótese alguma, os sistemas oficiais da ARTESP, os quais permanecem como instrumentos exclusivos para os atos formais do contrato. Os requisitos técnicos específicos da PGS constarão do Termo de Referência.

Regime de Funcionamento e Continuidade do Serviço

A contratação destina-se a garantir apoio operacional ininterrupto (24x7) ao Centro de Controle Multimodal (CCM), conforme previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) da ARTESP, assegurando a continuidade, a regularidade e a qualidade da atuação regulatória.

Espera-se, com isso, elevar a eficiência regulatória mediante monitoramento contínuo e análise de dados em tempo real, fortalecendo a governança e a fiscalização dos serviços públicos delegados.

Dimensionamento da Equipe

Em conformidade com o art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, e com o art. 6º, §§ 1º e 2º, do Decreto Estadual nº 68.185/2023, a contratação deverá prever equipe multidisciplinar composta por 17 (dezessete) profissionais, assim distribuídos:

- 1 (um) Supervisor Operacional;
- 1 (um) Supervisor de Análise de Dados;
- 4 (quatro) Analistas de Dados;
- 9 (nove) Operadores de Centro de Controle;
- 2 (dois) Analistas Administrativos.

O quantitativo de Operadores de Centro de Controle corresponde à distribuição mínima obrigatória de 6 (seis) operadores no turno diurno e 3 (três) operadores no turno noturno.

O dimensionamento dos postos observa critérios de eficiência e flexibilidade operacional, com medição e pagamento restritos às horas efetivamente prestadas por posto/função, preservando a governança e a adaptabilidade contratual.

Estrutura da Equipe e Regime de Trabalho

Função	Postos Ativos Simultâneos	Regime de Trabalho
Operadores de Centro de Controle	6 (diurno) / 3 (noturno)	Escala 12x36 (24x7)

Analistas de Dados (BI/GIS)	4	40h semanais (seg-sex)
Analistas Administrativos	2	40h semanais (seg-sex)
Supervisor Operacional	1	40h semanais (seg-sex)
Supervisor de Análise de Dados	1	40h semanais (seg-sex)

A estrutura contempla até 6 (seis) posições físicas simultâneas, complementadas por reserva técnica não faturável, conforme regras de jornada e escalas.

### Requisitos Operacionais e Controles

#### a) Reserva Técnica:

A Contratada deverá manter reserva técnica mínima, não faturável, destinada à cobertura imediata de ausências, de modo a assegurar a operação ininterrupta (24x7).

#### b) Qualificação e Validação Profissional:

Todos os profissionais alocados deverão ter sua qualificação previamente validada pela ARTESP. A Agência poderá aplicar avaliações técnicas escritas ou práticas. Profissionais reprovados deverão ser substituídos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de glosa.

#### c) Gerenciamento de Fadiga e Ergonomia:

Considerando o regime 24x7, a Contratada deverá apresentar Sistema de Gerenciamento de Risco de Fadiga (FRMS), contemplando gestão de escalas, pausas adicionais às exigidas pela NR-17 e rodízio de turnos.

### Justificativa para exigência de Qualificação Técnica

Considerando que o objeto do presente processo consiste na **contratação de serviços de apoio operacional ao Centro de Controle Multimodal (CCM) da ARTESP**, mostra-se indispensável a exigência de Qualificação Técnica, especialmente no que se refere à aptidão da futura contratada para a execução de serviços de natureza continuada, com características semelhantes em complexidade operacional, criticidade, volume de dados e metodologia de trabalho.

A prestação dos serviços de apoio operacional ao CCM envolve atividades contínuas de monitoramento, consolidação, análise e tratamento de informações provenientes de múltiplos modais de transporte, operação em regime ininterrupto (24x7), utilização de sistemas integrados, gestão de ocorrências e suporte à tomada de decisão regulatória. Tais atividades demandam experiência comprovada em ambientes operacionais críticos, domínio de ferramentas tecnológicas, capacidade de atuação sob protocolos definidos e observância de boas práticas de governança operacional, sem prejuízo à continuidade dos serviços regulatórios desempenhados pela ARTESP.

Dessa forma, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e nos arts. 67 e 69 da Lei nº 14.133 /2021, a exigência de Qualificação Técnica tem por finalidade assegurar que apenas empresas com experiência prévia comprovada na prestação de serviços de apoio operacional, monitoramento, controle ou atividades correlatas participem do certame, mitigando riscos de falhas operacionais, descontinuidade do serviço, ineficiências, atrasos e comprometimento da função estratégica do Centro de Controle Multimodal.

Assim, a comprovação de atestados de capacidade técnico-operacional compatíveis com o objeto, bem como, quando pertinente, a demonstração da qualificação da equipe técnica a ser alocada, configuram medidas estritamente necessárias para garantir a segurança jurídica, a eficiência, a qualidade da contratação e a adequada execução dos serviços, em consonância com o interesse público e com a continuidade da atuação regulatória da ARTESP.

### Da validade das propostas orçamentárias

Considerando que o objeto da contratação pretendida demanda a realização de vistoria prévia para a adequada elaboração de proposta orçamentária detalhada, em conformidade com as especificações e necessidades desta Agência Reguladora, entende-se que a fixação de prazo de validade das propostas superior a 60 (sessenta) dias mostra-se a mais adequada. Tal providência justifica-se em razão da complexidade e dos requisitos técnicos inerentes ao serviço a ser contratado, os quais exigem tempo hábil para análise, consolidação de informações e manutenção da exequibilidade das condições ofertadas.

## **Da Sustentabilidade**

Para a contratação em questão deve ser observado o disposto no Decreto no 53.336/2008, que institui o Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis; Alinhamento com o Plano de Logística Sustentável e com o Plano de Contratações Anual do Estado, conforme disposições do Decreto no 68.185, de 11 de dezembro de 2023;

Para o pleno atendimento dos critérios de sustentabilidade e proteção ambiental, deve a empresa adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

Especificar durabilidade, compatibilidade, eficiência energética e menor toxicidade dos materiais;

Dar prioridade a equipamentos com selo de menor consumo energético;

Durabilidade e atualizações de software que prolonguem o ciclo de vida do equipamento.

## **Demonstração da Eficiência Administrativa e da Economicidade da Contratação**

A demonstração da eficiência administrativa e da economicidade advindas da transferência a terceiros da execução das atividades abrangidas pela presente contratação evidencia-se pela possibilidade de racionalização da estrutura operacional da ARTESP, mediante a alocação de empresa especializada para execução das atividades de apoio operacional ao Centro de Controle Multimodal (CCM), permitindo que os recursos humanos próprios da Autarquia permaneçam direcionados às atividades estratégicas, regulatórias e fiscalizatórias finalísticas. Ademais, a contratação possibilita maior continuidade operacional, padronização de procedimentos, redução de riscos decorrentes de sobrecarga administrativa, otimização dos fluxos de trabalho e incremento da qualidade e eficiência dos serviços prestados, conferindo maior efetividade à atuação institucional da Agência, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

## **Justificativa para Exigência de Garantia de Execução Contratual**

A exigência de garantia de execução contratual justifica-se em razão da natureza contínua, estratégica e operacionalmente relevante dos serviços de apoio ao Centro de Controle Multimodal (CCM) da ARTESP, constituindo medida destinada a resguardar a Administração Pública contra eventuais prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual, falhas na execução dos serviços ou descontinuidade da prestação contratada. A previsão encontra amparo no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 e objetiva mitigar riscos administrativos, operacionais e financeiros, assegurando maior segurança jurídica à contratação, proteção ao interesse público e maior comprometimento da futura contratada com os padrões de qualidade, continuidade e desempenho exigidos para a adequada execução contratual.

## **Adequação da Contratação ao Atendimento da Necessidade Administrativa**

A presente contratação mostra-se plenamente adequada ao atendimento da necessidade administrativa identificada, uma vez que a prestação dos serviços de apoio operacional ao Centro de Controle Multimodal (CCM) da ARTESP possibilitará o suporte contínuo, especializado e estruturado às atividades de monitoramento, tratamento de informações e apoio às ações regulatórias e fiscalizatórias desenvolvidas pela Agência. A solução proposta revela-se compatível com a complexidade operacional das demandas institucionais, contribuindo para a continuidade dos serviços, a otimização dos recursos administrativos, a padronização dos procedimentos operacionais e o incremento da eficiência na execução das atividades vinculadas ao CCM, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

## **Justificativa para Realização de Vistoria Técnica**

A realização de vistoria técnica facultativa justifica-se em razão das particularidades do objeto, que compreende a prestação de serviços de apoio operacional ao Centro de Controle Multimodal – CCM da ARTESP, ambiente estratégico de operação contínua e dotado de infraestrutura específica. A visita possibilita aos licitantes conhecer as condições reais de execução dos serviços, os acessos, as instalações, as rotinas operacionais e demais características que possam impactar o dimensionamento dos recursos necessários e a elaboração de propostas mais adequadas e compatíveis com a realidade da contratação.

Sob o aspecto jurídico, a vistoria encontra amparo no artigo 63, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, constituindo instrumento apto a proporcionar maior segurança na formulação das propostas e na futura execução contratual. Sua

previsão, em caráter facultativo, contribui para mitigar riscos de execução, evitar alegações futuras de desconhecimento das condições locais e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, sem comprometer a competitividade do certame.

## **5. Levantamento de Mercado**

Considerando que os serviços a serem contratados se enquadram na categoria comuns, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, por apresentarem padrões de desempenho e ampla variedade de fornecedores no mercado, sua contratação é compatível com a modalidade Pregão Eletrônico.

Foram realizadas diligências para identificar contratações similares por outros entes da Administração Pública. Desse modo, procedeu-se à análise comparativa da serviços licitados, normativos aplicáveis e diferentes formas de fornecimento. Os dados levantados estão apresentados abaixo:

### **Solução 1 – Execução Direta pela Administração (Equipe Própria)**

#### **Descrição**

Prestação dos serviços de apoio operacional ao CCM por meio de servidores públicos ou empregados públicos da própria ARTESP, mediante redistribuição de força de trabalho, realização de concurso público ou contratação temporária, com uso exclusivo de recursos internos.

#### **Justificativas**

- a) Possibilidade de internalização do conhecimento estratégico e institucional;
- b) Maior controle hierárquico direto sobre as atividades executadas;
- c) Redução de dependência de terceiros no longo prazo.

#### **Vantagens**

- Domínio integral da operação pela Administração;
- Preservação do conhecimento organizacional;
- Ausência de custos indiretos típicos de contratos terceirizados.

#### **Desvantagens**

- Elevado prazo para provimento de pessoal (concurso público);
- Rigidez administrativa para escalas 24x7 e ajustes operacionais;
- Necessidade de investimento contínuo em capacitação, tecnologia e gestão de pessoas, com impacto orçamentário permanente.

### **Solução 2 – Contratação Fragmentada por Especialidade ou Modal**

#### **Descrição**

Contratação de múltiplos prestadores especializados, segmentados por tipo de atividade (operação, análise de dados, supervisão) ou por modal de transporte, mediante contratos distintos.

#### **Justificativas**

- a) Possibilidade de selecionar fornecedores altamente especializados em atividades específicas;
- b) Maior flexibilidade para substituição pontual de prestadores;
- c) Potencial estímulo à competitividade por nicho de mercado.

### **Vantagens**

- Especialização técnica direcionada;
- Redução de dependência de um único fornecedor;
- Possibilidade de ajustes contratuais segmentados.

### **Desvantagens**

- Elevado custo de coordenação e governança contratual;
- Risco de fragmentação da informação e perda da visão integrada;
- Dificuldade de responsabilização objetiva em falhas operacionais transversais.

## **Solução 3 – Contratação Integrada de Serviços de Apoio Operacional ao CCM (Solução Integrada)**

### **Descrição**

Contratação de empresa única para prestação integrada dos serviços de apoio operacional ao CCM, abrangendo operação contínua (24x7), análise de dados, supervisão, gestão de escalas, reserva técnica e suporte tecnológico, sob governança da ARTESP.

### **Justificativas**

- a) Necessidade de visão integrada e transversal dos modais de transporte;
- b) Criticidade da operação contínua e em tempo real;
- c) Complexidade operacional que exige coordenação unificada e resposta rápida a eventos.

### **Vantagens**

- Integração plena das atividades operacionais e analíticas;
- Redução de interfaces contratuais e riscos de conflito entre fornecedores;
- Maior eficiência na gestão, fiscalização e responsabilização contratual.

### **Desvantagens**

- Maior dependência de um único fornecedor;
- Necessidade de requisitos técnicos bem definidos para evitar sobreposição ou lacunas;
- Exigência de fiscalização contratual robusta por parte da Administração.

**Tabela Resumo - Comparativo de Soluções**

<b>Critério</b>	<b>Solução 1 – Execução Direta pela Administração</b>	<b>Solução 2 – Contratação Fragmentada</b>	<b>Solução 3 – Contratação Integrada</b>
<b>Forma de Execução</b>	Prestação dos serviços por equipe própria da ARTESP	Múltiplos contratos por especialidade ou modal	Contrato único para prestação integrada dos serviços
<b>Tempo de Implantação</b>	Alto (dependente de concurso, redistribuição ou contratação temporária)	Médio (necessita múltiplos certames e ajustes contratuais)	Baixo a médio (implantação unificada e escalonada)
<b>Continuidade Operacional (24x7)</b>	Baixa flexibilidade para escalas e cobertura	Risco de descontinuidade entre contratos	Alta, com gestão unificada de escalas e reserva técnica
<b>Integração Multimodal</b>	Limitada à capacidade interna disponível	Parcial, com elevado risco de fragmentação	Plena, com visão sistêmica e transversal
<b>Complexidade de Governança</b>	Média (gestão direta de pessoal)	Alta (múltiplos contratos e interfaces)	Baixa a média (contrato único e responsabilidades claras)

<b>Responsabilização por Falhas</b>	Difusa (interna à Administração)	Complexa (disputa entre fornecedores)	Clara e objetiva (fornecedor único)
<b>Flexibilidade Operacional</b>	Baixa	Média	Alta
<b>Previsibilidade de Custos</b>	Média (impacto permanente na folha)	Baixa (custos variáveis e sobreposição)	Alta (escopo e custos consolidados)
<b>Risco Operacional</b>	Médio a alto	Alto	Baixo
<b>Necessidade de Fiscalização</b>	Média	Alta	Média
<b>Aderência ao Modelo Multimodal do CCM</b>	Parcial	Limitada	Total
<b>Alinhamento aos Princípios da Lei nº 14.133/2021</b>	Parcial	Parcial	Elevado (eficiência, economicidade e planejamento)
<b>Custo Administrativo Indireto</b>	Alto (gestão de pessoas e capacitação contínua)	Alto (coordenação e controle de contratos)	Médio (gestão contratual centralizada)
<b>Adequação ao Interesse Público</b>	Moderada	Baixa a moderada	Elevada

**A contratação integrada dos serviços de apoio operacional ao Centro de Controle Multimodal (CCM) - Solução 3, revela-se a solução mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e jurídico, na medida em que assegura a prestação contínua e ininterrupta (24x7) das atividades essenciais à atuação regulatória da ARTESP, com gestão unificada de recursos humanos, processos e informações, preservando a visão sistêmica e multimodal indispensável ao monitoramento e à tomada de decisão estratégica. Tal modelo reduz riscos operacionais decorrentes da fragmentação contratual, simplifica a governança, a fiscalização e a responsabilização, e confere maior previsibilidade de custos, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021. Ademais, a solução integrada possibilita maior capacidade de resposta a eventos críticos, otimiza o uso de recursos públicos e mitiga riscos jurídicos e administrativos, configurando-se como a alternativa tecnicamente adequada e juridicamente segura para o atendimento das necessidades institucionais da Agência.**

## 6. Descrição da solução como um todo

Em conformidade com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021, em especial os da legalidade (art. 6º, II), eficiência (art. 6º, X) e economicidade (art. 6º, XI), bem como com os princípios específicos que regem a atuação da Administração Pública indireta e das agências reguladoras, a solução proposta demonstra-se a mais vantajosa e adequada para a ARTESP, considerando as necessidades institucionais de fortalecimento da capacidade operacional, analítica e decisória do Centro de Controle Multimodal – CCM.

A contratação integrada de serviços de apoio operacional ao CCM, abrangendo a operação contínua (24x7), o monitoramento e a consolidação de informações multimodais, a análise de dados, a gestão de ocorrências e o suporte à tomada de decisão regulatória, configura o modelo que melhor atende aos requisitos técnicos, funcionais e legais da Administração. Tal formato contratual assegura a visão sistêmica e transversal dos modais regulados, reduz riscos de fragmentação operacional, fortalece a governança contratual e confere maior previsibilidade de custos, em consonância com as boas práticas de gestão pública e com experiências anteriores da Agência em estruturas operacionais críticas.

Dessa forma, a adoção da solução integrada alinha-se às diretrizes estratégicas da ARTESP, assegurando a conformidade legal, a economicidade e a vantajosidade da contratação, além de contribuir para a consolidação de um ambiente operacional robusto, resiliente e orientado a dados no âmbito do Centro de Controle Multimodal, em benefício da eficiência regulatória e do interesse público.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades e tipologias dos **serviços de apoio operacional** previstos para o funcionamento contínuo do Centro de Controle Multimodal (CCM) da ARTESP foram definidas com base em critérios técnicos e objetivos,

fundamentados no levantamento detalhado das necessidades operacionais, regulatórias e analíticas da Administração. O dimensionamento da equipe, das funções e dos regimes de trabalho mostrou-se compatível com a complexidade das atividades desempenhadas, com a criticidade da operação em regime ininterrupto (24x7) e com os parâmetros historicamente adotados pela Agência em estruturas operacionais similares, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Item	Descrição do Objeto / Especificação Técnica	Unidade de Fornecimento	Horas / mês referência	Código CATSER	Item BEC
1	Supervisor Operacional	serviço	160	25623	293377
2	Supervisor de Análise de Dados	serviço	160	25623	168998
3	Analista de Dados	serviço	640	27260	259055
4	Analista Administrativo	serviço	320	5380	259047
5	Operador de Centro de Controle Multimodal - CCM	serviço	3.285	21032	180092

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 8.516.705,25

8.1 O valor estimado da pretensa contratação, por 15 meses é de **R\$ 8.516.705,25 (oito milhões, quinhentos e dezesseis mil, setecentos e cinco reais e vinte e cinco centavos)**, conforme composição de preços unitários e totais por itens apresentados nas tabelas abaixo:

TABELA 1 – PESQUISA DE PREÇOS

Item	Especificação	Almaviva Solutions S. A – (CNPJ 01.165.671/0001-75)	G4F Soluções Corporativas LTDA (CNPJ 07.094.346 /0001-45)	Innovia Soluções Inteligentes LTDA (CNPJ 30.097.517 /0001-01)	Média Unitária do Valor-Hora (R\$)
1	Supervisor Operacional	R\$ 142,00	R\$ 165,50	R\$ 234,25	R\$ 180,58
2	Supervisor de Análise de Dados	R\$ 241,00	R\$ 275,50	R\$ 448,64	R\$ 321,71
3	Analista de Dados	R\$ 212,00	R\$ 255,50	R\$ 271,06	R\$ 246,19
4	Analista Administrativo	R\$ 119,00	R\$ 125,50	R\$ 165,14	R\$ 136,55
5	Operador de Centro de Controle Multimodal - CCM	R\$ 92,00	R\$ 89,00	R\$ 80,33	R\$ 87,11

TABELA 2 – PREÇOS REFERENCIAIS

			Valor-	Horas /			Subtotal
--	--	--	--------	---------	--	--	----------



Item	Descrição do Objeto / Especificação Técnica	Unidade de Fornecimento	hora (R\$)	mês referência	Código CATSER	Item BEC	Estimado (R\$)
1	Supervisor Operacional	serviço	R\$ 180,58	160	25623	293377	R\$ 28.892,80
2	Supervisor de Análise de Dados	serviço	R\$ 321,71	160	25623	168998	R\$ 51.473,60
3	Analista de Dados	serviço	R\$ 246,19	640	27260	259055	R\$ 157.561,60
4	Analista Administrativo	serviço	R\$ 136,55	320	5380	259047	R\$ 43.696,00
5	Operador de Centro de Controle Multimodal - CCM	serviço	R\$ 87,11	3.285	21032	180092	R\$ 286.156,35
	<b>Total Mensal de Referência</b>						<b>R\$ 567.780,35</b>
	<b>Total por 15 (quinze) meses</b>						<b>R\$ 8.516.705,25</b>

8.2 Cumpre destacar que, para a composição dos valores constantes das propostas orçamentárias apresentadas pelas empresas **Almaviva Solutions S.A.**, **G4F Soluções Corporativas Ltda.** e **Innovia Soluções Inteligentes Ltda.**, foram consideradas as convenções coletivas de trabalho celebradas pelos sindicatos representativos das respectivas categorias profissionais, os quais serviram de base para o cálculo do valor estimado da contratação, conforme relação abaixo:

- **Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Computação, Informática e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo – SINDPD/SP;**
- **Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis no Estado de São Paulo – SEAAC/SP;**
- **Sindicato das Empresas de Informática do Distrito Federal – SINDESEI/DF.**

8.3 Os instrumentos coletivos mencionados foram utilizados como referência para a composição dos custos de mão de obra e respectivos encargos trabalhistas considerados na estimativa de preços da contratação.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos do art. 40, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser avaliado como forma de ampliar a competitividade e possibilitar a participação do maior número possível de licitantes. Todavia, para a presente contratação, que tem por objeto a prestação de serviços de apoio operacional ao Centro de Controle Multimodal (CCM) da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, verifica-se que a execução das atividades demanda atuação integrada, contínua e coordenada, voltada ao suporte às operações do CCM.

Os serviços a serem contratados compreendem atividades interdependentes, relacionadas ao monitoramento, tratamento de informações, apoio à tomada de decisão, suporte operacional aos sistemas e às rotinas do CCM, cuja adequada prestação exige unidade de gestão, padronização de procedimentos e integração entre equipes, processos e fluxos operacionais.

O eventual parcelamento do objeto poderia acarretar riscos relevantes à execução contratual, notadamente quanto à fragmentação da responsabilidade operacional, à dificuldade de coordenação entre diferentes prestadores de serviços, à descontinuidade dos fluxos de informação e à elevação dos custos administrativos decorrentes da gestão simultânea de múltiplos contratos, além de comprometer a eficiência e a confiabilidade das atividades desempenhadas no âmbito do CCM.

**Dessa forma, a adoção da contratação unificada mostra-se a solução mais eficiente e vantajosa para a Administração,** por assegurar a integração das atividades de apoio operacional, a centralização da responsabilidade pela execução dos serviços, a uniformidade dos procedimentos adotados, a otimização de prazos e custos, bem como a garantia da continuidade, da qualidade e da efetividade do suporte operacional prestado ao Centro de Controle Multimodal da ARTESP.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verificam contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação dessa demanda.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (2026), nos termos do Decreto Estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 05051955000191-0-000001/2026;
- II) Data da Publicação no PNCP: 30/06/2025;
- III) ID do item no PCA: 99;
- IV) Classe / Grupo: 162;
- V) Identificador da Futura Contratação: 392601-11/2026

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação dos serviços de apoio operacional ao Centro de Controle Multimodal (CCM) da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP visa proporcionar os seguintes benefícios institucionais, operacionais e gerenciais:

- **Aprimoramento da capacidade operacional do CCM:** Fortalecimento das atividades de monitoramento e acompanhamento dos modais regulados, mediante disponibilização de equipe dedicada e capacitada para suporte contínuo às operações do Centro de Controle Multimodal.
- **Maior eficiência na gestão e no tratamento das informações:** Melhoria na coleta, consolidação, análise e disponibilização de dados operacionais, permitindo maior confiabilidade das informações utilizadas nos processos decisórios da ARTESP.
- **Apoio qualificado à atuação regulatória e fiscalizatória da Agência:** Disponibilização de suporte técnico-operacional às atividades de fiscalização, supervisão e regulação dos serviços públicos delegados, contribuindo para o cumprimento das competências institucionais da ARTESP.
- **Padronização de rotinas e procedimentos operacionais:** Implementação e manutenção de fluxos de trabalho uniformes e integrados, reduzindo riscos de falhas operacionais, retrabalho e inconsistências na execução das atividades do CCM.

- **Aumento da continuidade e da confiabilidade dos serviços prestados:** Garantia de funcionamento regular e ininterrupto das atividades de apoio ao CCM, mitigando riscos de descontinuidade decorrentes de insuficiência de pessoal próprio ou de sobrecarga das equipes internas.
- **Otimização do uso de recursos humanos e materiais da Administração:** Racionalização da alocação dos servidores da ARTESP, que poderão concentrar-se em atividades finalísticas de regulação e fiscalização, enquanto as atividades de apoio operacional ficam a cargo da contratada.
- **Redução de riscos operacionais e institucionais:** Diminuição da probabilidade de falhas na gestão das informações e no suporte às operações do CCM, com reflexos positivos na segurança, na rastreabilidade dos dados e na confiabilidade dos processos internos.
- **Maior integração entre sistemas, equipes e processos do CCM:** Fortalecimento da articulação entre as áreas técnicas envolvidas, promovendo melhor comunicação institucional e maior sinergia entre as atividades desenvolvidas no âmbito do Centro de Controle Multimodal.
- **Melhoria na qualidade do serviço público regulado:** Reflexo indireto positivo na prestação dos serviços públicos delegados, uma vez que o aprimoramento do suporte operacional ao CCM contribui para uma regulação mais eficiente, tempestiva e baseada em evidências.
- **Conformidade com as diretrizes de modernização administrativa e gestão por resultados:** Alinhamento às políticas públicas estaduais de modernização da gestão, uso intensivo de dados e fortalecimento das estruturas de controle e supervisão dos serviços públicos.
- **Observância de padrões mínimos de qualidade e desempenho dos serviços contratados:** Os serviços deverão ser executados em conformidade com critérios de eficiência, continuidade, tempestividade, confiabilidade e regularidade operacional, observadas as normas técnicas, diretrizes institucionais e níveis mínimos de desempenho estabelecidos pela ARTESP, garantindo a adequada execução das atividades de apoio ao CCM, a qualidade das informações produzidas, a disponibilidade operacional dos serviços e a melhoria contínua dos processos envolvidos na execução contratual.

### 13. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra necessidade de tomada de providências de adequações para os serviços a serem executados.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

As atividades vinculadas à prestação dos serviços de apoio operacional ao Centro de Controle Multimodal (CCM) da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP deverão observar, em todas as fases da execução contratual, as diretrizes, normas técnicas e a legislação aplicável à sustentabilidade ambiental, especialmente aquelas relacionadas ao uso racional de recursos naturais, à redução de desperdícios e à adequada gestão de resíduos.

Durante a execução dos serviços, a Contratada deverá adotar práticas que minimizem a geração de resíduos sólidos e promovam o uso eficiente de insumos e materiais de consumo eventualmente empregados no apoio às atividades do CCM, assegurando, quando houver descarte de equipamentos, componentes ou materiais eletroeletrônicos utilizados na operação, a sua destinação ambientalmente adequada, mediante observância da legislação vigente.

A Contratada deverá, sempre que aplicável, comprovar a correta destinação dos resíduos gerados, inclusive daqueles sujeitos à logística reversa, nos termos da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), da Resolução CONAMA nº 401/2008 e demais normas correlatas, mediante apresentação de documentação pertinente.

Deverão ser priorizadas práticas operacionais que contribuam para a redução do consumo de energia, a racionalização do uso de recursos materiais e a mitigação de impactos ambientais decorrentes da execução

contratual, em consonância com os princípios da eficiência, da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental da Administração Pública.

O descumprimento das disposições deste item sujeitará a Contratada às penalidades previstas no edital e nos demais instrumentos contratuais.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), com base nas necessidades previamente expostas neste Estudo Técnico Preliminar e nos elementos técnicos e operacionais analisados, **considera viável a adoção de Pregão Eletrônico** para a prestação de serviços de apoio operacional ao Centro de Controle Multimodal - CCM.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANITA PEREIRA WOLFF**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 12:33:09.*

**ANEXO IV****INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR****1. INFORMAÇÕES GERAIS**

1. O presente Instrumento de Medição de Resultado – IMR estabelece parâmetros objetivos para aferição da qualidade da prestação dos serviços contratados, vinculando o pagamento mensal ao desempenho da CONTRATADA, nos termos do contrato.
2. Objeto: Prestação de serviços de apoio operacional ao Centro de Controle Multimodal – CCM, visando ao suporte às atividades de monitoramento, controle, registro, tratamento de ocorrências, elaboração de relatórios operacionais e demais rotinas necessárias ao funcionamento do CCM da ARTESP.
3. A avaliação corresponderá à atribuição mensal dos conceitos “Adequado”, “Não Adequado” ou “Não Aplicável” para cada item avaliado, com registro das respectivas ocorrências. Serão considerados 4 (quatro) módulos distintos, cada qual com peso específico na pontuação final.
4. Sanções: Atribuição de descontos nos pagamentos, sem prejuízo das penalidades contratuais.

**2. CONDIÇÕES GERAIS**

- 2.1 O IMR será aplicado de forma contínua durante toda a vigência contratual;
- 2.2 O resultado mensal será apurado conforme as ocorrências registradas nos módulos abaixo;
- 2.3 A pontuação final condicionará a manutenção integral do pagamento.

<b>Módulo 1 – Qualidade da Execução dos Serviços Operacionais</b>
<b>Aferição:</b> Condicionada à verificação pelo Fiscal Administrativo/ Técnico do Contrato (ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência).
<b>Itens a serem observados:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Cumprimento das escalas de trabalho;</li><li>2. Registro adequado das ocorrências operacionais;</li><li>3. Observância dos procedimentos operacionais definidos pela ARTESP;</li></ol>

4. Regularidade, continuidade e qualidade da prestação dos serviços.

**Observação:** A comunicação ao fiscal poderá ser feita mediante correspondência eletrônica.

Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá a uma ocorrência, podendo haver registro de várias ocorrências na mesma data.

### **Módulo 2 - Qualificação e Desempenho da Equipe Alocada**

**Aferição:** Condicionada à verificação pelo Fiscal Administrativo/ Técnico do Contrato (ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência.

**Itens a serem observados:**

1. A qualificação dos profissionais alocados;
2. A aderência do perfil profissional às atividades desempenhadas pelo CCM;
3. A assiduidade, pontualidade e postura funcional;
4. A capacidade de resposta às demandas operacionais do Centro de Controle Multimodal;

**Observação:** A comunicação ao fiscal poderá ser feita mediante correspondência eletrônica.

Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá a uma ocorrência, podendo haver registro de várias ocorrências na mesma data.

### **Módulo 3 - Compreensão e Cumprimento das Rotinas do CCM**

**Aferição:** Condicionada à verificação pelo Fiscal Administrativo/ Técnico do Contrato (ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência.

**Itens a serem observados:** Será avaliado o grau de compreensão da CONTRATADA quanto:

1. Às atribuições do Centro de Controle Multimodal;
2. Aos fluxos operacionais definidos pela ARTESP;
3. Às rotinas de monitoramento, controle, registro e comunicação de eventos;
4. Ao atendimento às orientações técnicas expedidas pela Administração.

**Observação:** A comunicação ao fiscal poderá ser feita mediante correspondência eletrônica. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá a uma ocorrência, podendo haver registro de várias ocorrências na mesma data.

### **Módulo 4 - Organização e Confiabilidade das Informações Operacionais**

**Aferição:** Condicionada à verificação pelo Fiscal Administrativo/ Técnico do Contrato (ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência.

**Itens a serem observados:**

1. A regularidade na elaboração de relatórios operacionais;
2. A confiabilidade das informações registradas;
3. A tempestividade na comunicação de ocorrências relevantes;
4. A organização dos registros e documentos relacionados às atividades do CCM;

**Observação:** A comunicação ao fiscal poderá ser feita mediante correspondência eletrônica.

Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá a uma ocorrência, podendo haver registro de várias ocorrências na mesma data.

2.4 Cada módulo, devido a sua importância, terá pesos diferenciados, conforme tabela abaixo:

MÓDULOS	PESO DA AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	20	150
2	20	150
3	10	100
4	10	100
<b>RESULTADO MÁXIMO DA AVALIAÇÃO</b>		<b>500</b>

### 3. CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

3.1 De acordo com as ocorrências constatadas na execução do contrato, e considerando os pesos de cada módulo, a pontuação mensal da contratada será avaliada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Pontuação mensal} = 500 - (\text{n}^\circ \text{ de Ocorrências do Módulo 1 e 2} \times 20 - \text{n}^\circ \text{ de Ocorrências do Módulo 3 e 4} \times 10)$$

**Obs.** Os serviços serão considerados insatisfatórios abaixo de 290 pontos.

3.2 O primeiro mês de contrato será objeto apenas de notificação, de modo a permitir o ajuste e aperfeiçoamento da qualidade do serviço pela contratada.

3.3 A empresa poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da empresa.

#### 4. DIMENSIONAMENTO DOS PAGAMENTOS

FAIXA DE PONTUAÇÃO	PERCENTUAL DE DESCONTO
500 a 410	0%
390 a 310	5%
Abaixo de 290	10%

#### 5. AFERIÇÃO

5.1 O Fiscal Administrativo / Técnico do Contrato deverá utilizar as tabelas abaixo para registrar as ocorrências dentro do período de aferição:

Módulo 1 – Qualidade da Execução dos Serviços Operacionais	
Total de Ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição

Módulo 2 – Qualificação e Desempenho da Equipe Alocada	
Total de Ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição

Módulo 3 – Compreensão e Cumprimento das Rotinas do CCM	
Total de Ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição



Módulo 4 - Organização e Confiabilidade das Informações Operacionais	
Total de Ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição

## 6. DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Este instrumento define expectativas de serviços e responsabilidades entre a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, e a empresa \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ e, é parte integrante do Contrato decorrente do Edital Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_/2026, celebrado para contratação de serviços de apoio operacional ao Centro de Controle Multimodal – CCM, para atendimento das necessidades da ARTESP.

6.2 Além disso, a essência deste instrumento é clarear e solidificar o pactuado entre as partes, trabalhando juntos no provimento de serviços de qualidade e com eficiência, visando garantir o interesse público.

6.3 A assinatura deste instrumento indica que as partes o revisaram, e qu, em termos de necessidades, apresenta objetivos realizáveis e mensuráveis na execução dos serviços.

São Paulo, \_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante legal da **CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
Representante legal da **CONTRATADA**

**ANEXO V****ORDEN DE SERVIÇO / OS**

<b>DATA DE EMISSÃO</b>	
<b>NÚMERO</b>	

<b>CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº</b>	
<b>PRAZO DE VIGÊNCIA</b>	
<b>SERVIÇO</b>	Prestação de serviços de apoio operacional ao Centro de Controle Multimodal - CCM, para atendimento das necessidades da ARTESP.
<b>RAZÃO SOCIAL</b>	
<b>CNPJ/MF</b>	

<b>Perfil</b>	<b>Valor-hora (R\$)</b>	<b>Horas/mês referência</b>	<b>Subtotal (R\$)</b>
Supervisor Operacional		160	
Supervisor de Análise de Dados		160	
Analista de Dados		640	
Analista Administrativo		320	
Operador Centro de Controle Multimodal - CCM		3.285	
<b>Valor Mensal de Referência</b>			<b>R\$</b>
<b>Valor Total = 15 meses</b>			<b>R\$</b>

São Paulo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante legal da **CONTRATANTE**

---

Representante legal da **CONTRATADA**

## ANEXO VI

### **PROVA DE CONCEITO (PoC) DA PLATAFORMA DE GESTÃO DE SERVIÇOS - PGS**

#### **1. Fundamentação Legal e Princípios Gerais**

- **Natureza e Vinculação:** A PoC possui caráter comprobatório e eliminatório, sem gerar direito automático à contratação nem indenização. Baseia-se na Lei nº 14.133/2021 (arts. 5º - princípios, 18 - fases, 145 e 147 - julgamento objetivo e critérios) e no Decreto Estadual nº 68.220/2023 (atribuições do gestor e fiscais), observando isonomia, legalidade, impessoalidade, publicidade e julgamento objetivo.
- **Princípios:** A avaliação seguirá critérios objetivos, com tratamento isonômico entre licitantes e motivação técnica dos atos.
- **Confidencialidade e Sigilo:** Informações técnicas e segredos comerciais apresentados serão protegidos; a banca e servidores firmarão termo de confidencialidade quando necessário; os registros constarão nos sistemas oficiais, com acesso restrito.
- **Propriedade Intelectual:** A demonstração não implica cessão de direitos; concede-se licença limitada para fins de avaliação da proposta no certame.
- **Custos:** Todas as despesas de preparação e participação cabem ao proponente, sem ônus à Administração.

#### **2. Objetivo**

- **Finalidade:** Verificar objetivamente as capacidades técnicas essenciais da Plataforma de Gestão de Serviços - PGS proposta para suportar a operação 24x7 e os controles contratuais.
- **Escopo:** Serão testados requisitos obrigatórios de 12.5.3 (logs imutáveis/auditáveis, timesheet, conciliação Plataforma de Gestão de Serviços - PGS×escala, exportações, KPIs/Objetivos de Nível de Serviço - SLO/Indicadores de Nível de Serviço - SLI, contingência e reconciliação, Autenticação Multifator - MFA/segurança). Itens fora do escopo do roteiro não serão exigidos.
- **Caráter da Fase:** Eliminatória (12.5.6); não há pontuação classificatória - resultado “atende/não atende”.
- **Avaliação Objetiva (Isonomia):** Uso de roteiro idêntico (12.5.4), dataset sintético padrão, janela de tempo igual por caso de teste e banca avaliadora com registro integral em ata, nos sistemas oficiais.

### 3. Proteção de Dados e Privacidade

- **Vedação de Dados Reais:** É proibido usar dados pessoais reais ou de produção durante a PoC.
- **Exigência de Dados Sintéticos:** Obrigatório uso de dados sintéticos ou anonimizados, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei nº 13.709/2018) e com o DPA (13.1.4). Evidências devem omitir identificadores pessoais.

### 4. Roteiro e Casos de Teste Padrão

4.1 **Padrão de Evidências:** Demonstração ao vivo, apresentação de logs de sistema, capturas de tela e documentação técnica mínima. Exportações deverão ser fornecidas em CSV/JSON com hash e carimbo de data/hora.

4.2 **Nível de Exigência (Pontuação):** 2 = Atende Plenamente; 1 = Atende Parcialmente (permite ajuste imediato de parametrização durante a sessão); 0 = Não Atende (após tentativa de saneamento).

#### 4.3 Casos de Teste (T01-T07)

Código	Título	Objetivo	Critério de Aceite
T01	Autenticação e Perfis (MFA/RBAC)	Comprovar controle de acesso robusto e segregação de funções.	MFA ativo; RBAC configurável; negação logada; exporto CSV/JSON com carimbo temporal.
T02	Timesheet e Conciliação com Escala	Timesheet PGS reflete escala aprovada e presença real.	Conciliação automática; totalização por posto; flags de divergência; trilha por operador.
T03	Logs Imutáveis e Trilha de Auditoria	Demonstrar integridade e rastreabilidade dos registros.	Logs não editáveis; hash verificável; metadados completos; exportação disponível.
T04	Exportações e Relatórios	Fornecer datasets e relatórios operacionais para fiscalização.	Exportos com esquema documentado; consistência tela×arquivo; agendamento disponível.
T05	SLO/SLI (Dashboards e Apuração)	Visibilidade e apuração de indicadores (SLO-PGS, cobertura).	Indicadores reproduzíveis; parâmetros configuráveis; exportação dos resultados.
T06	Contingência e Reconciliação	Operação em indisponibilidade e reconciliação posterior.	Procedimento claro; marcação de origem; reconciliação sem perda de trilha.
T07	Segurança e LGPD	Conformidade mínima com segurança e privacidade.	Sem dados pessoais reais; perfis segregados; retenção configurável; controles ativos.

#### 4.4 Orientações Específicas

Cada teste deverá evidenciar objetivo, passos mínimos, tempo máximo e critérios de aceite. A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP poderá detalhar limites (ex.: “gerar relatório X em até N cliques”).

## 5. Mapeamento de Critérios e Entregáveis

Maapeamento: Cada teste Txx se vincula aos requisitos de 12.5.3 e às obrigações de 8.2.2 (PGS) e 13.1 (Segurança/Privacidade). Registro do mapeamento constará no edital/Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

**5.1 Entregáveis:** Ao final, o proponente entregará: (i) exportos CSV/JSON gerados; (ii) hashes e logs; (iii) relatórios demonstrados; (iv) checklist preenchido; tudo anexado aos sistemas oficiais.

## 6. Logística, Cronograma e Observações Finais

## 6.1 Logística

Modalidade presencial/remota definida na convocação (12.5.5); duração prevista por roteiro; infraestrutura provida pelo proponente.

## 6.2 Agendamento

Convocação com antecedência mínima de 15 dias úteis (12.5.5), com confirmação de presença e ambiente preparado.

- Observações Finais: Registros no Sistema Eletrônico de Informações - SEI; tratamento isonômico; decisões motivadas; possibilidade de reclassificação do segundo colocado em caso de reprovação do primeiro.

## 7. Modelos e Formulários de Avaliação

### 7.1 Modelo – Ata de Sessão de PoC

Processo Sistema Eletrônico de Informações – SEI nº: \_\_\_\_\_ Data: //\_\_\_\_ Hora início: :  
Hora término: :

Licitante: \_\_\_\_\_ Representantes: \_\_\_\_\_

Local/Modalidade: ( ) Presencial ( ) Remota (plataforma: \_\_\_\_\_)

Presentes (ARTESP): \_\_\_\_\_ (cargos)

Ocorrências relevantes:

Observações:

Resultado final: ( ) Aprovado ( ) Reprovado Motivo:

Assinaturas: \_\_\_\_\_ (banca/licitante)

## 7.2 Modelo – Ficha de Avaliação por Teste

Licitante: \_\_\_\_\_ Teste: T0\_\_\_\_ Título: \_\_\_\_\_

Tempo: \_\_\_\_\_min

Objetivo do teste: \_\_\_\_\_

Critérios e evidências observadas: ☐ Passos mínimos cumpridos ☐ Evidências anexadas ☐

Logs/exportos gerados

Pontuação: ( ) 0 ( ) 1 ( ) 2 Observações: \_\_\_\_\_

Avaliadores: \_\_\_\_\_

Assinaturas:

\_\_\_\_\_

## 7.3 Modelo – Checklist de Evidências

Licitante: \_\_\_\_\_ Data: //\_\_\_\_ Processo Sistema Eletrônico de Informações –

SEI: \_\_\_\_\_

Itens obrigatórios: ☐ Logs de autenticação/autorização (CSV/JSON + hash) ☐ Dataset de horas/turnos (CSV/JSON) ☐ Relatórios de cobertura por posto ☐ Dashboards Objetivos de Nível de Serviço – SLO/Indicadores de Nível de Serviço – SLI e exportos de apuração ☐ Procedimento de contingência e reconciliação (documentado) ☐ Política/controles de segurança e privacidade (MFA/Controle de Acesso Baseado em Papéis – RBAC/retensão) ☐ Outras evidências:

\_\_\_\_\_

## 7.4 Modelo – Relatório Consolidado da Banca

Licitante: \_\_\_\_\_ Data: //\_\_\_\_ Processo Sistema Eletrônico de Informações –

SEI: \_\_\_\_\_

Sumário da sessão: \_\_\_\_\_

Resultado por teste (T01–T07): \_\_\_\_\_

Pendências saneadas em sessão: \_\_\_\_\_

Conclusão: ( ) Recomendado ( ) Não Recomendado Fundamentação: \_\_\_\_\_

Assinaturas dos membros da banca: \_\_\_\_\_

## ANEXO VII

### **MODELO DE RELATÓRIOS OPERACIONAIS**

Este anexo estabelece a estrutura mínima esperada para os principais relatórios e entregáveis do contrato, servindo como guia para a Contratada.

#### **Modelo de Relatório Analítico Bimestral**

**Objetivo:** Consolidar e analisar os dados operacionais de todos os modais, avaliando o desempenho, identificando tendências, correlacionando incidentes e propondo melhorias para a eficiência da fiscalização e da operação do Centro de Controle Multimodal – CCM.

#### **Estrutura Mínima:**

##### **1. Sumário Executivo:**

- a) Visão geral do período: principais eventos, alertas e conclusões;
- b) Destaques de desempenho (positivo e negativo) por modal; e
- c) Status dos planos de ação e recomendações do bimestre anterior.

##### **2. Análise de Desempenho por Modal:**

###### **2.1 Para cada modal (Rodoviário, Metroferroviário, etc.):**

- a) Volume de ocorrências por tipo e severidade;
- b) Análise de hotspots (locais com maior concentração de eventos);
- c) Tempo Médio de Atendimento (TMA) e Tempo Médio de Resposta (TMR) para incidentes críticos; e
- d) Comparativo com o bimestre anterior.

##### **3. Análise de Incidentes Críticos (Severidade 1 e 2):**

- a) Detalhamento dos principais incidentes do período;
- b) Análise de causa raiz (quando aplicável);
- c) Impacto intermodal observado (ex: como um bloqueio de rodovia afetou o transporte coletivo); e
- d) Lições aprendidas.

##### **4. Desempenho da Equipe e Conformidade Contratual**

- a) Aderência às escalas e cobertura de postos (%);



- b) Produtividade da equipe (ex: nº de registros processados por operador); e
- c) Status de conformidade com os SLOs definidos.

## 5. Recomendações e Plano de Ação

- a) Sugestões de melhoria para processos, sistemas ou procedimentos;
- b) ) Identificação de riscos operacionais emergentes; e
- c) Proposta de plano de ação para os desvios identificados, com prazos e responsáveis.

## 6. Indicadores (Definição):

Indicador	Descrição	Meta
Nº de Incidentes (Sev 1)	Número de incidentes de severidade 1	< 10
TMA de Incidentes (Sev 1)	Tempo médio de atendimento para incidentes de severidade 1	< 20 min
Cobertura de Postos	Percentual de cobertura dos postos de trabalho	> 99%
Tempo Máximo de Recomposição de Posto	Tempo entre vacância e início de substituto	≤ 2h (diurno) / ≤ 4h (noturno)
Integridade do Timesheet	Apontamentos com trilha e evidências válidas / total	≥ 99,5%

### 6.1 Indicadores (Medição):

Indicador	Método de Medição	Fonte de Dados
Nº de Incidentes (Sev 1)	Contagem de registros de incidentes	Sistema de ocorrências
TMA de Incidentes (Sev 1)	Média (timestamp_resolução - timestamp_abertura)	Sistema de ocorrências
Cobertura de Postos	(Horas-posto cobertas / Horas-posto planejadas) * 100	Plataforma de Gestão de Serviços – PGS (Timesheet)
Tempo Máximo de Recomposição de Posto	timestamp_inicio_substituto - timestamp_vacancia	Plataforma de Gestão de Serviços – PGS (Log de Vacância vs. Log de Timesheet do Substituto)
Integridade do Timesheet	(apontamentos válidos / total de apontamentos) * 100	Plataforma de Gestão de Serviços – PGS (Timesheet / Logs de Auditoria)

## ANEXO VIII

### ESCALAS E JORNADA DE TRABALHO

#### 1. Quadro de Postos

Função	Quantidade	Regime / Escala
Supervisor Operacional	1	5x2
Supervisor de Análise de Dados	1	5x2
Analistas de Dados	4	5x2
Analistas Administrativos	2	5x2
Operadores de Centro de Controle	Até 06 (seis) posições simultâneas.  Distribuição Inicial:  - 06 no turno Diurno  - 03 no turno Noturno	12h x 36h

Reserva técnica mínima obrigatória: 2 (dois) operadores adicionais para cobertura de ausências, licenças e afastamentos.

#### 2. Jornada / Observações

Função	Jornada	Observações
Supervisor Operacional	Segunda a sexta, 9h às 18h	Exceto feriados
Supervisor de Análise de Dados	Segunda a sexta, 9h às 18h	Exceto feriados
Analistas de Dados	Segunda a sexta, 9h às 18h	Exceto feriados
Analistas Administrativos	Segunda a sexta, 9h às 18h	Exceto feriados
Operadores de Centro de Controle	06h às 18h / 18h às 06h	Inclui finais de semana e feriados

A escala diária deverá manter, obrigatoriamente, 06 (seis) operadores no turno diurno e 03 (três) no turno noturno.

Para as funções com jornada de segunda a sexta, das 9h às 18h (que compreende 8 horas efetivas de trabalho e 1 hora de intervalo intrajornada), a Contratada deverá assegurar a continuidade da prestação do serviço durante o referido intervalo, caso a natureza da atividade não permita interrupção, mediante substituição ou organização interna da equipe. Em qualquer caso, a observância do intervalo intrajornada é imprescindível.

## ANEXO IX

### REGRAS GERAIS

O presente anexo tem por objetivo disciplinar as condições gerais de execução dos serviços de apoio operacional ao Centro de Controle Multimodal (CCM), estabelecendo regras complementares ao Termo de Referência, especialmente quanto à gestão de pessoal, substituições, jornadas e conformidade trabalhista.

As disposições a seguir aplicam-se a todos os profissionais alocados pela Contratada e têm caráter vinculante durante toda a vigência contratual.

#### **1. Substituições e Afastamentos**

- a) Substituições obrigatórias: A Contratada deverá manter o número de postos de trabalho definidos neste Termo de Referência, independentemente de afastamentos temporários, licenças, férias, faltas justificadas ou injustificadas.
- b) Afastamentos sem substituição: Os afastamentos de empregados da Contratada por férias, licenças médicas, maternidade, paternidade, afastamentos legais ou quaisquer outras causas que resultem na ausência de profissionais sem substituição imediata implicarão glosa proporcional nas medições correspondentes, para fins de pagamento pela Contratante.
- c) Reposição imediata: A Contratada deverá assegurar a substituição imediata de qualquer profissional ausente, de forma a não comprometer a continuidade das atividades do Centro de Controle Multimodal – CCM.

A substituição deverá ocorrer no mesmo turno e jornada de trabalho, com profissional devidamente qualificado e previamente cadastrado junto à fiscalização da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP.

- d) Comunicação de afastamentos: Todo afastamento deverá ser comunicado à fiscalização da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, informando o motivo, a previsão de retorno e o nome do profissional substituto, quando aplicável.

A **recomposição** de posto vago deverá ocorrer **em até 3h**, salvo motivo de força maior devidamente justificado e aceito pela fiscalização.

## **2. Escalas e Controle de Jornada**

- a) Alterações de escala que não impliquem redução de cobertura poderão ser realizadas pela Contratada com comunicação imediata nos sistemas oficiais, permanecendo sujeitas à ratificação do Fiscal do Contrato. Alterações estruturais (postagem/quantitativo/turnos) exigem anuência prévia.
- b) Controle de frequência:
- A Contratada deverá manter registro eletrônico de frequência diária, contendo nome do colaborador, horário de entrada, saída, pausas e eventuais ocorrências; e
  - Esses registros deverão ser auditáveis e rastreáveis, servindo de base para a medição e aceite dos serviços.
- c) Reserva técnica:
- A Contratada deverá manter uma reserva técnica mínima de profissionais habilitados, capaz de garantir substituições imediatas em caso de faltas, licenças ou necessidades operacionais; e
  - Essa reserva poderá incluir operadores de centro de controle com função de folguistas ou colaboradores em revezamento, desde que previamente autorizados pela fiscalização.

## **3. Conformidade Trabalhista e Normativa**

- a) Regime jurídico aplicável: Todas as jornadas e escalas deverão observar integralmente as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em especial os limites de horas diárias e semanais, intervalos, descansos e compensações, conforme disposto nos artigos 58 a 71 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.
- b) Normas de segurança e saúde ocupacional: As condições de trabalho deverão atender rigorosamente às Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial:
- NR-01 – Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais;
  - NR-06 – Equipamentos de Proteção Individual (EPI);
  - NR-17 – Ergonomia, considerando o ambiente de operação em centro de controle;
  - NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade (quando aplicável); e
  - NR-35 – Trabalho em Altura (quando aplicável a instalações técnicas).
- c) Responsabilidade exclusiva da Contratada: Caberá exclusivamente à Contratada o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e de segurança ocupacional, eximindo a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP de qualquer vínculo empregatício com os profissionais alocados.
- d) Treinamento e capacitação contínua: A Contratada deverá promover treinamentos regulares de atualização sobre normas de segurança, ergonomia, ética, sigilo e procedimentos operacionais do Centro de Controle Multimodal – CCM, com periodicidade mínima semestral

ou sempre que houver substituição de equipe.

#### **4. Fiscalização e Penalidades**

- a) Fiscalização permanente: A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, por meio de seu Fiscal do Contrato, poderá auditar os controles de jornada, escalas e registros de presença, bem como verificar as condições ergonômicas e de segurança dos postos de trabalho.
- b) Irregularidades e não conformidades: O descumprimento das regras aqui estabelecidas será considerado não conformidade contratual, sujeitando a Contratada às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, no contrato administrativo e neste Termo de Referência, sem prejuízo das glosas financeiras correspondentes.
- c) Reincidência: A reincidência em irregularidades relacionadas à ausência de substituições, falhas na escala ou descumprimento da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT poderá ensejar advertência formal, multa e, em último caso, rescisão contratual por inadimplemento.

#### **5. Disposições Complementares**

- a) Todas as regras constantes neste anexo aplicam-se de forma integrada às demais disposições do Termo de Referência e não eximem a Contratada do cumprimento das obrigações legais, regulamentares e contratuais vigentes.
- b) Este anexo passa a integrar o Termo de Referência e o Contrato Administrativo como parte inseparável, tendo plena eficácia jurídica e operacional.

**ANEXO X****QUADRO RESUMO**

<b>Categoria</b>	<b>Descrição / Regra Aplicável</b>
Vigência Contratual	15 (quinze) meses, contados a partir da assinatura. Prorrogações sucessivas condicionadas à vantajosidade e limitadas à duração total de 60 (sessenta) meses (5 anos), nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
Escala e Jornada de Trabalho	Segunda a sexta-feira (exceto feriados) para Supervisores, Analistas Administrativos e Analistas de Dados. Operadores de Centro de Controle: escala 12h x 36h, abrangendo todos os dias, inclusive finais de semana e feriados.
Critério de Medição e Aceite	Horas efetivamente prestadas por <b>POSTOS DE TRABALHO</b> ativos, conforme especificações do Termo de Referência.
Limite de faturamento simultâneo	Até 06 <b>postos de Operadores</b> (6 dias + 3 noite), 4 Analistas de Dados, 2 Analistas Administrativos, 1 Supervisor Operacional e 1 Supervisor de Análise de Dados; <b>reserva técnica não é faturável</b> .
Gestão de Mudanças	Toda alteração de escopo, cronograma ou equipe deverá ser previamente aprovada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP e formalizada pôr termo aditivo ou autorização escrita.
Garantia Contratual	Conforme <b>edital</b> , observados os limites do art. 96 da Lei 14.133/2021 (até 5% ou até 10% em casos de alto risco).
Sanções e Penalidades	Aplicáveis conforme Lei nº 14.133/2021: <b>advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, declaração de inidoneidade</b> . As penalidades observarão gradação, contraditório e ampla defesa, sem prejuízo de glosas cabíveis.
Comunicação e Confidencialidade	É vedada a divulgação de informações operacionais, estratégicas ou de dados sensíveis da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP. Toda comunicação

<b>Categoria</b>	<b>Descrição / Regra Aplicável</b>
	oficial deve ocorrer por meio formal, com registro eletrônico.
Treinamentos e Capacitação	A Contratada deverá realizar treinamentos iniciais e periódicos sobre sistemas, fluxos de atendimento e protocolos internos do Centro de Controle Multimodal – CCM/ Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, custeados integralmente por ela.
Substituição de Profissionais	A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP poderá exigir substituição de profissionais que não apresentem desempenho satisfatório ou não comprovem os conhecimentos técnicos mínimos exigidos.
Reajuste de Valores	Permitido após 12 (doze) meses de vigência contratual, com base em índice oficial setorial ou IPCA, conforme previsto no edital.
Encerramento Contratual	A contratada deverá entregar todos os relatórios, dados, sistemas e documentos relacionados à execução, garantindo continuidade e integridade das informações.



**ANEXO XI****MINUTA DE TERMO DE CONTRATO****AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE  
SÃO PAULO - ARTESP**

(Processo SEI! nº 134.00000873/2026-07)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., CELEBRADO  
ENTRE A **AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS  
PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO  
ESTADO DE SÃO PAULO - ARTESP**, E  
.....

A **Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP**, autarquia de regime especial, conforme art. 1º da Lei Complementar nº 914, de 14 de janeiro de 2002, com sede na Rua Iguatemi, 105, Itaim Bibi, CEP: 01451-011, na cidade de São Paulo/SP, na cidade de São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.051.955/0001-91, neste ato representada pelo Diretor-Presidente, Sr. **ANDRÉ ISPER RODRIGUES BARNABÉ**, nomeado pelo Decreto de **04 de outubro de 2024**, publicado no DOE de **07 de outubro de 2024**, portador da identificação funcional nº 382, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico nº .../...*, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de ....., a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	ITEM BEC	UNIDADE DE FORNECIMENTO	HORA / MÊS REFERÊNCIA	VALOR- HORA	VALOR TOTAL
------	---------------	--------	-------------	----------------------------	--------------------------	----------------	----------------

1	Supervisor Operacional	25623	168998	SERVIÇO	160	R\$	R\$
2	Supervisor de Análise de Dados	25623	168998	SERVIÇO	160	R\$	R\$
3	Analista de Dados	27260	168998	SERVIÇO	640	R\$	R\$
4	Analista Administrativo	5380	168998	SERVIÇO	320	R\$	R\$
5	Operador de Centro de Controle Multimodal CCM –	21032	168998	SERVIÇO	3.285	R\$	R\$
<b>Total Mensal de Referência</b>						<b>R\$</b>	
<b>Total por 15 (quinze) meses</b>						<b>R\$</b>	

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de **empreitada por preço unitário**.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **15 (quinze) meses**, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até **90 (noventa)** dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

- d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. *Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.*

### **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.*

5.4. *Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.*

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (art. 92, V e X)**

7.1. Os preços inicialmente ajustados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do Contratado.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b. Para os demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra): a partir da data da apresentação da proposta.

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.

7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços (art. 135, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias (art. 135, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.8. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a demonstração analítica da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato que fundamenta a repactuação.

7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho visa a repassar integralmente a variação de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), a respectiva variação será apurada mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPCFIPE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observando a data de referência e o interregno mínimo definidos nesta cláusula, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) a ser reajustada;

$I^0$  = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta ou à data do último reajustamento aplicado;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.9.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.9.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.9.3. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.9.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), por meio de termo aditivo.

7.10. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.11. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.12. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.13. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.14. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.15. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.16. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.17. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação em até **01 (um) mês**, contado a partir da data em que for apresentada, pelo Contratado, solicitação acompanhada de documentação contendo demonstração analítica da variação dos custos a serem repactuados (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.17.1. O prazo referido na subdivisão anterior não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.18. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.19. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20. Se ocorrer repactuação para valor maior, o Contratado deverá complementar a garantia contratual que tenha sido anteriormente prestada, caso exigida neste instrumento, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.21. Caso ocorra majoração da tarifa de transporte público, será facultada a revisão de item relativo a valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços que constitui parte integrante do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados. Caso sejam preenchidos os requisitos legais, a revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por termo aditivo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de intervenção indevida na gestão interna do Contratado, tais como (art. 48 da Lei nº 14.133, de 2021):

- I) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- II) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo Contratado;
- III) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do Contratado;
- IV) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- V) demandar a funcionário do Contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

VI) realizar outras exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do Contratado;

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **01 (um) mês** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **01 (um) mês**, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021);*

8.1.13. *Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021;*

8.1.14. *Observar que constitui responsabilidade da Administração Pública garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores, quando o trabalho for realizado em suas dependências ou local previamente convencionado em contrato;*

8.1.15. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



- 9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;
- 9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, ou em documentação apresentada pelo Contratado para cumprimento da disciplina da fiscalização administrativa do Termo de Referência, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;
- 9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;
- 9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- 9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;



- 9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- 9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;
- 9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;
- 9.1.22. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.1.23. Garantir o acesso do Contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- 9.1.24. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.1.25. Prestar os serviços conforme os parâmetros e rotinas estabelecidos, utilizando todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, e normas da legislação;
- 9.1.26. Disponibilizar ao Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.1.27. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.1.28. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.1.29. *Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o Contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que o Contratante analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento;*

9.1.30. *Autorizar o Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como a fazer o desconto das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;*

9.1.31. *Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;*

9.1.32. *Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos profissionais alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;*

9.1.33. *Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;*

9.1.34. *Instruir seus profissionais a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer eventual ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;*

9.1.35. *Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:*

9.1.35.1. *Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, quando disponível, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;*

9.1.35.2. *Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados que necessitem dessa providência para acesso às informações de seu interesse, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado, admitindo-se que essa providência seja substituída por outro meio comprovadamente eficaz de acesso a essas informações;*

9.1.36. *Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível;*

9.1.37. *Não se beneficiar do regime tributário do Simples Nacional em caso de enquadramento em uma das vedações da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;*

9.1.37.1. *Quando for o caso, se caracterizado enquadramento em uma das vedações da Lei Complementar nº 123, de 2006, o Contratado deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do artigo 30, *caput*, inciso II, e § 1º, inciso II, do mesmo diploma legal, apresentando ao Contratante a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo;*

9.2. *Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.*

9.2.1. *O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das*

sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. *No âmbito da execução do objeto deste contrato, o Contratado deve cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), as demais normas legais e regulamentares aplicáveis à proteção de dados pessoais, inclusive regulamentos editados pela Agência Nacional de Proteção de Dados, e deve observar as instruções por escrito do Contratante no tratamento de dados pessoais.*

10.1.1. *O Contratado deve assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecer/acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para as finalidades deste contrato, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.*

10.1.2. *Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, assim como os princípios previstos no caput do artigo 6º da Lei nº 13.709, de 2018, o Contratado deve adotar, em relação aos dados pessoais, medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.*

10.1.3. *Considerando a natureza do tratamento, o Contratado deve, enquanto operador de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do Contratante previstas na Lei nº 13.709, de 2018.*

10.1.4. O Contratado deve:

10.1.4.1. *notificar o Contratante na primeira oportunidade possível, ao receber requerimento de um titular de dados, na forma prevista no artigo 18 da Lei nº 13.709, de 2018; e*

10.1.4.2. *quando for o caso, auxiliar o Contratante na elaboração da resposta ao requerimento a que se refere a subdivisão anterior.*

10.1.5. *O Contratado deve notificar ao Contratante, na primeira oportunidade possível, a ocorrência de incidente de segurança relacionado a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que o Contratante cumpra quaisquer obrigações de comunicar à autoridade nacional e aos titulares dos dados a ocorrência do incidente de segurança sujeita à Lei nº 13.709, de 2018.*

10.1.6. O Contratado deve adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação, mitigação e reparação de cada um dos incidentes de segurança.

10.1.7. O Contratado deve auxiliar o Contratante na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei nº 13.709, de 2018, no âmbito da execução deste Contrato.

10.1.8. Na ocasião do encerramento deste contrato, o Contratado deve, imediatamente, ou, mediante justificativa, em até 10 (dez) dias úteis da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais ao Contratante ou eliminá-los, conforme decisão do Contratante, inclusive eventuais cópias de dados pessoais tratados no âmbito deste contrato, certificando por escrito, ao Contratante, o cumprimento desta obrigação.

10.1.9. O Contratado deve colocar à disposição do Contratante, conforme solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta cláusula, e deve permitir auditorias e contribuir com elas, incluindo inspeções, pelo Contratante ou auditor por ele indicado, em relação ao tratamento de dados pessoais.

10.1.10. O Contratado responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei nº 13.709, de 2018 ou de instruções do Contratante relacionadas a este contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento.

10.1.11. Caso o objeto da presente contratação envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular de que trata o inciso I do artigo 7º da Lei nº 13.709, de 2018, deverão ser observadas pelo Contratado ao longo de toda a vigência do contrato todas as obrigações específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento de dados pessoais, conforme instruções por escrito do Contratante.

10.1.12. É vedada a transferência de dados pessoais, pelo Contratado, para fora do território do Brasil.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

11.1. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade \_\_\_\_\_, no valor de R\$ \_\_\_\_\_, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados do Contratado que venham a participar da execução dos serviços contratados.

11.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.

11.3. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:

11.3.1. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas;

11.3.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 11.4. *Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.*
- 11.5. *A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:*
- 11.5.1. *prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;*
  - 11.5.2. *multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e*
  - 11.5.3. *obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação não adimplidas pelo Contratado, quando couber.*
- 11.6. *Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:*
- 11.6.1. *Caso fortuito ou força maior;*
  - 11.6.2. *Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;*
  - 11.6.3. *Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.*
- 11.7. *No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada seguindo os mesmos parâmetros.*
- 11.8. *Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de XX (XXX) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.*
- 11.9. *O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.*
- 11.9.1. *O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).*
  - 11.9.2. *Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.*
- 11.10. *A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.*
- 11.11. *Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.*
- 11.12. *A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.*
- 11.13. *A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS, inclusive verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria.*
- 11.14. *Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, o Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não*



*comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade do Contratado sem extinção de seus contratos de trabalho.*

11.15. *O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.*

11.16. *O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.*

11.17. *A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.*

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de 5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 2) (2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia;
- 3) a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 12.1, de 5% a 30% do valor do Contrato;

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do item 12.1, de 5% a 30% do valor do Contrato;

(5) Para infração descrita na alínea “b” do item 12.1, a multa será de 5% a 30% do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do item 12.1, a multa será de 5% a 30% do valor do Contrato;

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do item 12.1, a multa será de 5% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito do Contratante, com base nos artigos 50, 121 e 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.5. Quando da extinção da contratação, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo Contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços do Contratado, sem que ocorra a extinção do contrato de trabalho.

13.5.1. Até que o Contratado comprove o disposto na subdivisão anterior, o Contratante reterá:



13.5.1.1. a garantia contratual, caso exigida na documentação que integra este instrumento - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, "b", da Lei nº 14.133, de 2021); e

13.5.1.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes, até que a situação seja regularizada.

13.6. Na hipótese da subdivisão anterior, não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao Contratado (art. 121, § 3º, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.7. O Contratante poderá ainda:

13.7.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo Contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei nº 14.133, de 2021), conforme legislação que rege a matéria, caso tenha ocorrido exigência de prestação de garantia na documentação que integra este instrumento; e

13.7.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do Contratado decorrentes do contrato.

13.8. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

14.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

15.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

*I. Gestão/Unidade: 39057/392601;*

*II. Fonte de Recursos: 150140001;*

*III. Programa de Trabalho: 26130393649130000;*

*IV. Elemento de Despesa: 33.90.35;*

*V. Plano Interno: 000.000.0100;*

*VI. Nota de Empenho:*

15.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

16.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. OU [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

**ANEXO XII****MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA**

**Objeto: Contratação de serviços de apoio operacional ao Centro de Controle Multimodal - CCM, para atendimento das necessidades da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP.**

Item	Especificação	Valor-hora (R\$)	Hora / Mês Referência	Subtotal (R\$)
1	Supervisor Operacional		160	
2	Supervisor de Análise de Dados		160	
3	Analista de Dados		640	
4	Analista Administrativo		320	
5	Operador de Centro de Controle Multimodal - CCM		3.285	
Valor Mensal de Referência				R\$
Valor Total - 15 meses				R\$

- Validade mínima da proposta: 90 (noventa) dias

Dados da empresa:

- a) Razão Social;
- b) CNPJ (MF) nº:
- c) Inscrição Estadual nº:
- d) Endereço Completo:
- e) Endereço Eletrônico:
- f) Nome Completo e Identificação do Representante Legal:
- g) Qualificação (cargo, CPF):

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO XII****MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal do fornecedor \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo SEI nº 134.00000873/2026-07, DECLARO, sob as penas da Lei, que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

inserir papel timbrado da empresa - uma tabela por cargo -

**OBS: Os percentuais fornecidos são meramente exemplificativos, podendo as empresas adaptarem conforme suas necessidades.**

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Cargo:		Supervisor Operacional		
I - MÃO-DE-OBRA				
Remuneração		Quant.	Valor unit. R\$	Valor Total R\$
1	Salário	1		
2	Hora Extra		-	-
3	Adicional de Insalubridade	0,00%	-	-
4	Outros (Folguista)		-	-
TOTAL DA MÃO-DE-OBRA				
II - ENCARGOS SOCIAIS				
GRUPO A Obrigações Sociais		Percentual	R\$	R\$
A1	Previdência Social	20,00%	-	-
A2	FGTS	8,00%	-	-
A3	Salário Educação	2,50%	-	-
A4	SESI/SESC	1,50%	-	-
A5	SENAI/SENAC	1,00%	-	-
A6	INCRA	0,20%	-	-
A7	Seguro Acidente de Trabalho	2,27%	-	-
A8	SEBRAE	0,60%	-	-
Total Grupo A		36,07%	-	-
GRUPO B Tempo Não Trabalhado I		Percentual	R\$	R\$
B1	Férias	8,33%		
Total Grupo B		8,33%		
- Tempo Não Trabalhado II		Percentual	R\$	R\$
B2	Faltas Abonadas	1,50%		
B3	Licença Paternidade	0,90%		
B4	Faltas Legais	1,00%		
B5	Acidente de Trabalho	0,50%		
B6	Aviso Prévio Trabalhado	2,50%		
Total Grupo B		6,40%		
GRUPO C Gratificações		Percentual		
C1	Adicional 1/3 Férias	2,78%		
C2	13º Salário	8,33%		
Total Grupo C		11,11%		
GRUPO D Indenizações		Percentual		
D1	Aviso Prévio Indenizado + 13º, Férias e 1/3 Constitucional	2,50%		
D2	FGTS Sobre Aviso Prévio + 13º Indenizado	1,00%		
D3	Indenização Compulsória por Demissão s/ Justa Causa	0,60%		
Total Grupo D		4,10%		
GRUPO E Licença Maternidade		Percentual		
E1	Aprovisionamento Férias s/ Licença Maternidade	3,00%		
E2	Aprovisionamento 1/3 Const.Férias s/ Licença Maternidade	1,50%		

E3	Incidência Grupo A s/ Grupo Licença Maternidade	1,00%		
<b>Total Grupo E</b>		<b>5,50%</b>		
<b>GRUPO F Incidência do Grupo A</b>		<b>Percentual</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>

F1	Incidência Grupo A x (Grupos B + Grupo C)	7,01%		
<b>Total Grupo F</b>		<b>7,01%</b>		
<b>TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS</b>		<b>78,52%</b>	<b>R\$ -</b>	

III BENEFÍCIOS				
VALE TRANSPORTE		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	Bilhetes/Mês (2 viagens/dia)	21		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
<b>Total Vale-Transporte (3 4)</b>				
VALE-REFEIÇÃO		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	Vales/Mês	21		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
<b>Total Vale-Refeição (3 4)</b>				
CESTA BÁSICA		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	Cesta Básica	1		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
<b>Total Cesta Básica (3 4)</b>				
ASSISTENCIA ODONTOLÓGICA		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	Assist. Méd. Soc. Fam. Sindical	1		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
<b>Total Assist. Médica (3 4)</b>				
AUXÍLIO CRECHE		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	Auxílio Creche	1		
2	Incidência de Ocorrência	0,0%		
<b>Total Auxílio Creche</b>				
SEGURO DE VIDA		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	Seguro de vida	1		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
<b>Total Seguro de Vida (3 4)</b>				
PLR		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	PLR	1		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
<b>Total Seguro de Vida (3 4)</b>				
Incentivo de Boa Permanencia		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	Incentivo de Boa Permanencia	1		

2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 - 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
	<b>Total Seguro de Vida (3 - 4)</b>			
<b>TOTAL DOS BENEFÍCIOS</b>			<b>0,00</b>	<b>-</b>

Obs.: devem ser acrescidos outros benefícios que, por ventura, sejam concedidos aos trabalhadores, seja por força da convenção coletiva da categoria ou por decisão da empresa.

#### IV UNIFORMES E EPIs

ITEM	CUSTO UNIT. (R\$)	VIDA ÚTIL (MESES)	QUANT.	CUSTO MENSAL (R\$)
		6		

		6		
		6		
		6		
		6		
		6		
		6		
		6		
Outros (especificar)				
<b>SUBTOTAL (1)</b>				
Crédito PIS/COFINS (2)				
<b>TOTAL UNIFORMES E EPIs (1 - 2)</b>				<b>-</b>

#### V EQUIPAMENTOS

ITEM	CUSTO UNIT. (R\$)	VIDA ÚTIL (MESES)	QUANT.	CUSTO MENSAL (R\$)
		1		
		1		
		1		
		1		
		1		
		1		
		1		
Outros (especificar)				

#### TOTAL EQUIPAMENTOS

#### VI RESUMO DOS CUSTOS

Item	R\$
Salário total mensal	
Encargos sociais	
Vale-transporte	R\$ -
Vale-refeição	R\$ -
Cesta básica	R\$ -
Assistencia Odontologica	R\$ -
Auxílio creche	R\$ -
Seguro de vida	R\$ -
PLR	R\$ -
Incentivo de Boa Permanencia	R\$ -
Uniformes e EPI'S	R\$ -
Equipamentos	R\$ -
<b>TOTAL DOS CUSTOS MENSAIS</b>	<b>R\$ -</b>

#### VII CÁLCULO DO BDI BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS

Item	Percentual	R\$
1 Administração central	4,00%	R\$ -
2 Seguros	1,51%	R\$ -

	<b>Subtotal (1+2)</b>		<b>R\$</b>	-
3	Lucro	10,00%	R\$	-
	<b>Subtotal Lucro (3)</b>		<b>R\$</b>	-
4	ISS	5,00%	R\$	-
5	PIS	0,65%	R\$	-
6	COFINS	3,00%	R\$	-
	<b>Total das despesas fiscais (4+5+6)</b>		<b>R\$</b>	-
<b>TOTAL BDI BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS</b>			<b>R\$</b>	-



inserir papel timbrado da empresa - uma tabela por cargo

## PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Cargo:		Supervisor de Analise de Dados		
I - MÃO-DE-OBRA				
Remuneração		Quant.	Valor unit. R\$	Valor Total R\$
1	Salário	1		-
2	Hora Extra		-	-
3	Adicional de Insalubridade	0,00%	-	-
4	Outros (Folguista)		-	-
TOTAL DA MÃO-DE-OBRA				
II - ENCARGOS SOCIAIS				
GRUPO A Obrigações Sociais		Percentual	R\$	R\$
A1	Previdência Social	20,00%	-	-
A2	FGTS	8,00%	-	-
A3	Salário Educação	2,50%	-	-
A4	SESI/SESC	1,50%	-	-
A5	SENAI/SENAC	1,00%	-	-
A6	INCRA	0,20%	-	-
A7	Seguro Acidente de Trabalho	2,27%	-	-
A8	SEBRAE	0,60%	-	-
Total Grupo A		36,07%	-	-
GRUPO B Tempo Não Trabalhado I		Percentual	R\$	R\$
B1	Férias	8,33%		
Total Grupo B		8,33%		
- Tempo Não Trabalhado II		Percentual	R\$	R\$
B2	Faltas Abonadas	1,50%		
B3	Licença Paternidade	0,90%		
B4	Faltas Legais	1,00%		
B5	Acidente de Trabalho	0,50%		
B6	Aviso Prévio Trabalhado	2,50%		
Total Grupo B		6,40%		
GRUPO C Gratificações		Percentual	R\$	R\$
C1	Adicional 1/3 Férias	2,78%		
C2	13º Salário	8,33%		
Total Grupo C		11,11%		
GRUPO D Indenizações		Percentual	R\$	R\$
D1	Aviso Prévio Indenizado + 13º, Férias e 1/3 Constitucional	2,50%		
D2	FGTS Sobre Aviso Prévio + 13º Indenizado	1,00%		
D3	Indenização Compulsória por Demissão s/ Justa Causa	0,60%		
Total Grupo D		4,10%		
GRUPO E Licença Maternidade		Percentual	R\$	R\$
E1	Aprovisionamento Férias s/ Licença Maternidade	3,00%		
E2	Aprovisionamento 1/3 Const.Férias s/ Licença Maternidade	1,50%		
E3	Incidência Grupo A s/ Grupo Licença Maternidade	1,00%		
Total Grupo E		5,50%		

GRUPO F Incidência do Grupo A		Percentual		
F1	Incidência Grupo A x (Grupos B + Grupo C)	7,01%		
Total Grupo F		7,01%		
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS		78,52%		

III BENEFÍCIOS				
VALE TRANSPORTE		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	Bilhetes/Mês (2 viagens/dia)	21		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
Total Vale-Transporte (3 4)				
VALE-REFEIÇÃO		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	Vales/Mês	21		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
Total Vale-Refeição (3 4)				
CESTA BÁSICA		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	Cesta Básica	1		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
Total Cesta Básica (3 4)				
ASSISTENCIA ODONTOLÓGICA		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	Assist. Méd. Soc. Fam. Sindical	1		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
Total Assist. Médica (3 4)				
AUXÍLIO CRECHE		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	Auxílio Creche	1		
2	Incidência de Ocorrência	0,0%		
Total Auxílio Creche				
SEGURO DE VIDA		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	Seguro de vida	1		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
Total Seguro de Vida (3 4)				
PLR		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	PLR	1		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
Total Seguro de Vida (3 4)				
Incentivo de Boa Permanencia		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	Incentivo de Boa Permanencia	1		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			

Total Seguro de Vida (3 4)				
TOTAL DOS BENEFÍCIOS			0,00	
Obs.: devem ser acrescidos outros benefícios que, por ventura, sejam concedidos aos trabalhadores, seja por força da convenção coletiva da categoria ou por decisão da empresa.				
IV UNIFORMES E EPIs				
ITEM	CUSTO UNIT. (R\$)	VIDA ÚTIL (MESES)	QUANT.	CUSTO MENSAL (R\$)
		6		
		6		
		6		
		6		
		6		
		6		
Outros (especificar)				
SUBTOTAL (1)				
Crédito PIS/COFINS (2)				
TOTAL UNIFORMES E EPIs (1 2)				-

V EQUIPAMENTOS				
ITEM	CUSTO UNIT. (R\$)	VIDA ÚTIL (MESES)	QUANT.	CUSTO MENSAL (R\$)
		1		
		1		
		1		
		1		
		1		
		1		
		1		
Outros (especificar)				
TOTAL EQUIPAMENTOS				

VI RESUMO DOS CUSTOS		
Item		R\$
Salário total mensal		R\$ -
Encargos sociais		R\$ -
Vale-transporte		R\$ -
Vale-refeição		
Cesta básica		R\$ -
Assistencia Odontologica		R\$ -
Auxílio creche		R\$ -
Seguro de vida		R\$ -
PLR		R\$ -
Incentivo de Boa Permanencia		R\$ -
Uniformes e EPI'S		R\$ -
Equipamentos		R\$ -
TOTAL DOS CUSTOS MENSAIS		

VII CÁLCULO DO BDI BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS		
Item	Percentual	R\$
1 Administração central	4,00%	R\$ -
2 Seguros	1,51%	R\$ -
Subtotal (1+2)		R\$ -
3 Lucro	10,00%	R\$ -
Subtotal Lucro (3)		R\$ -

4	ISS	5,00%	R\$	-
5	PIS	0,65%	R\$	-
6	COFINS	3,00%	R\$	-
	<b>Total das despesas fiscais (4+5+6)</b>		<b>R\$</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL BDI BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS</b>			<b>R\$</b>	<b>-</b>

inserir papel timbrado da empresa - uma tabela por cargo

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS**

Cargo:		Analistas de Dados (BI/GIS)		
I - MÃO-DE-OBRA				
Remuneração		Quant.	Valor unit. R\$	Valor Total R\$
1	Salário	1		
2	Hora Extra		-	-
3	Adicional de Insalubridade	0,00%	-	-
4	Outros (Folguista)		-	-
TOTAL DA MÃO-DE-OBRA				
II - ENCARGOS SOCIAIS				
GRUPO A Obrigações Sociais		Percentual		
A1	Previdência Social	20,00%		
A2	FGTS	8,00%		
A3	Salário Educação	2,50%		
A4	SESI/SESC	1,50%		
A5	SENAI/SENAC	1,00%		
A6	INCRA	0,20%		
A7	Seguro Acidente de Trabalho	2,27%		
A8	SEBRAE	0,60%		
Total Grupo A		36,07%		
GRUPO B Tempo Não Trabalhado I		Percentual		
B1	Férias	8,33%		
Total Grupo B		8,33%		
- Tempo Não Trabalhado II		Percentual		
B2	Faltas Abonadas	1,50%		
B3	Licença Paternidade	0,90%		
B4	Faltas Legais	1,00%		
B5	Acidente de Trabalho	0,50%		
B6	Aviso Prévio Trabalhado	2,50%		
Total Grupo B		6,40%		
GRUPO C Gratificações		Percentual		
C1	Adicional 1/3 Férias	2,78%		
C2	13º Salário	8,33%		
Total Grupo C		11,11%		
GRUPO D Indenizações		Percentual		
D1	Aviso Prévio Indenizado + 13º, Férias e 1/3 Constitucional	2,50%		
D2	FGTS Sobre Aviso Prévio + 13º Indenizado	1,00%		
D3	Indenização Compulsória por Demissão s/ Justa Causa	0,60%		
Total Grupo D		4,10%		
GRUPO E Licença Maternidade		Percentual		
E1	Aprovisionamento Férias s/ Licença Maternidade	3,00%		
E2	Aprovisionamento 1/3 Const.Férias s/ Licença Maternidade	1,50%		
E3	Incidência Grupo A s/ Grupo Licença Maternidade	1,00%		
Total Grupo E		5,50%		

GRUPO F Incidência do Grupo A		Percentual		
F1	Incidência Grupo A x (Grupos B + Grupo C)	7,01%		
Total Grupo F		7,01%		
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS		78,52%		

III BENEFÍCIOS				
VALE TRANSPORTE		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	Bilhetes/Mês (2 viagens/dia)	21		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
Total Vale-Transporte (3 4)				
VALE-REFEIÇÃO		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	Vales/Mês	21		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
Total Vale-Refeição (3 4)				
CESTA BÁSICA		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	Cesta Básica	1		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
Total Cesta Básica (3 4)				
ASSISTENCIA ODONTOLÓGICA		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	Assist. Méd. Soc. Fam. Sindical	1		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
Total Assist. Médica (3 4)				
AUXÍLIO CRECHE		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	Auxílio Creche	1		
2	Incidência de Ocorrência	0,0%		
Total Auxílio Creche				
SEGURO DE VIDA		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	Seguro de vida	1		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
Total Seguro de Vida (3 4)				
PLR		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	PLR	1		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
Total Seguro de Vida (3 4)				
Incentivo de Boa Permanencia		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	Incentivo de Boa Permanencia	1		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			

Total Seguro de Vida (3 4)			
TOTAL DOS BENEFÍCIOS		0,00	-

Obs.: devem ser acrescidos outros benefícios que, por ventura, sejam concedidos aos trabalhadores, seja por força da convenção coletiva da categoria ou por decisão da empresa.

IV UNIFORMES E EPIs				
ITEM	CUSTO UNIT. (R\$)	VIDA ÚTIL (MESES)	QUANT.	CUSTO MENSAL (R\$)
		6		
		6		
		6		
		6		
		6		
		6		
Outros (especificar)				
<b>SUBTOTAL (1)</b>				
Crédito PIS/COFINS (2)				
TOTAL UNIFORMES E EPIs (1 2)				-

V EQUIPAMENTOS				
ITEM	CUSTO UNIT. (R\$)	VIDA ÚTIL (MESES)	QUANT.	CUSTO MENSAL (R\$)
		1		
		1		
		1		
		1		
		1		
		1		
		1		
Outros (especificar)				
TOTAL EQUIPAMENTOS				0,00

VI RESUMO DOS CUSTOS	
Item	R\$
Salário total mensal	R\$ -
Encargos sociais	R\$ -
Vale-transporte	R\$ -
Vale-refeição	R\$ -
Cesta básica	R\$ -
Assistencia Odontologica	R\$ -
Auxílio creche	R\$ -
Seguro de vida	R\$ -
PLR	R\$ -
Incentivo de Boa Permanencia	R\$ -
Uniformes e EPI'S	R\$ -
Equipamentos	R\$ -
TOTAL DOS CUSTOS MENSAIS	R\$ -

VII CÁLCULO DO BDI BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS		
Item	Percentual	R\$
1 Administração central	4,00%	R\$ -
2 Seguros	1,51%	R\$ -
<b>Subtotal (1+2)</b>		R\$ -
3 Lucro	10,00%	R\$ -
<b>Subtotal Lucro (3)</b>		R\$ -

4	ISS	5,00%	R\$	-
5	PIS	0,65%	R\$	-
6	COFINS	3,00%	R\$	-
	<b>Total das despesas fiscais (4+5+6)</b>		<b>R\$</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL BDI BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS</b>			<b>R\$</b>	<b>-</b>



inserir papel timbrado da empresa - uma tabela por cargo

## PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Cargo:		Analistas Administrativos		
I - MÃO-DE-OBRA				
Remuneração		Quant.	Valor unit. R\$	Valor Total R\$
1	Salário	1		-
2	Hora Extra		-	-
3	Adicional de Insalubridade	0,00%	-	-
4	Outros (Folguista)		-	-
TOTAL DA MÃO-DE-OBRA			0,00	
II - ENCARGOS SOCIAIS				
GRUPO A Obrigações Sociais		Percentual		
A1	Previdência Social	20,00%	-	-
A2	FGTS	8,00%	-	-
A3	Salário Educação	2,50%	-	-
A4	SESI/SESC	1,50%	-	-
A5	SENAI/SENAC	1,00%	-	-
A6	INCRA	0,20%	-	-
A7	Seguro Acidente de Trabalho	2,27%	-	-
A8	SEBRAE	0,60%	-	-
Total Grupo A		36,07%	-	-
GRUPO B Tempo Não Trabalhado I		Percentual		
B1	Férias	8,33%		
Total Grupo B		8,33%		
- Tempo Não Trabalhado II		Percentual		
B2	Faltas Abonadas	1,50%		
B3	Licença Paternidade	0,90%		
B4	Faltas Legais	1,00%		
B5	Acidente de Trabalho	0,50%		
B6	Aviso Prévio Trabalhado	2,50%		
Total Grupo B		6,40%		
GRUPO C Gratificações		Percentual		
C1	Adicional 1/3 Férias	2,78%		
C2	13º Salário	8,33%		
Total Grupo C		11,11%		
GRUPO D Indenizações		Percentual		
D1	Aviso Prévio Indenizado + 13º, Férias e 1/3 Constitucional	2,50%		
D2	FGTS Sobre Aviso Prévio + 13º Indenizado	1,00%		
D3	Indenização Compulsória por Demissão s/ Justa Causa	0,60%		
Total Grupo D		4,10%		
GRUPO E Licença Maternidade		Percentual		
E1	Aprovisionamento Férias s/ Licença Maternidade	3,00%		
E2	Aprovisionamento 1/3 Const.Férias s/ Licença Maternidade	1,50%		
E3	Incidência Grupo A s/ Grupo Licença Maternidade	1,00%		
Total Grupo E		5,50%		

GRUPO F Incidência do Grupo A		Percentual		
F1	Incidência Grupo A x (Grupos B + Grupo C)	7,01%		
<b>Total Grupo F</b>		<b>7,01%</b>		
<b>TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS</b>		<b>78,52%</b>		

III BENEFÍCIOS				
VALE TRANSPORTE		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	Bilhetes/Mês (2 viagens/dia)	21		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
<b>Total Vale-Transporte (3 4)</b>				
VALE-REFEIÇÃO		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	Vales/Mês	21		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
<b>Total Vale-Refeição (3 4)</b>				
CESTA BÁSICA		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	Cesta Básica	1		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
<b>Total Cesta Básica (3 4)</b>				
ASSISTENCIA ODONTOLÓGICA		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	Assist. Méd. Soc. Fam. Sindical	1		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
<b>Total Assist. Médica (3 4)</b>				
AUXÍLIO CRECHE		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	Auxílio Creche	1		
2	Incidência de Ocorrência	0,0%		
<b>Total Auxílio Creche</b>				
SEGURO DE VIDA		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	Seguro de vida	1		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
<b>Total Seguro de Vida (3 4)</b>				
PLR		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	PLR	1		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
<b>Total Seguro de Vida (3 4)</b>				
Incentivo de Boa Permanencia		QUANT.	R\$ (unitário)	R\$ (total)
1	Incentivo de Boa Permanencia	1		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			

Total Seguro de Vida (3 4)			
<b>TOTAL DOS BENEFÍCIOS</b>		<b>0,00</b>	<b>-</b>

Obs.: devem ser acrescidos outros benefícios que, por ventura, sejam concedidos aos trabalhadores, seja por força da convenção coletiva da categoria ou por decisão da empresa.

IV UNIFORMES E EPIs				
ITEM	CUSTO UNIT. (R\$)	VIDA ÚTIL (MESES)	QUANT.	CUSTO MENSAL (R\$)
		6		
		6		
		6		
		6		
		6		
		6		
Outros (especificar)				
<b>SUBTOTAL (1)</b>				
Crédito PIS/COFINS (2)				
<b>TOTAL UNIFORMES E EPIs (1 2)</b>				<b>-</b>

V EQUIPAMENTOS				
ITEM	CUSTO UNIT. (R\$)	VIDA ÚTIL (MESES)	QUANT.	CUSTO MENSAL (R\$)
		1		
		1		
		1		
		1		
		1		
		1		
		1		
Outros (especificar)				
<b>TOTAL EQUIPAMENTOS</b>				<b>0,00</b>

VI RESUMO DOS CUSTOS	
Item	R\$
Salário total mensal	R\$ -
Encargos sociais	R\$ -
Vale-transporte	R\$ -
Vale-refeição	R\$ -
Cesta básica	R\$ -
Assistencia Odontologica	R\$ -
Auxílio creche	R\$ -
Seguro de vida	R\$ -
PLR	R\$ -
Incentivo de Boa Permanencia	R\$ -
Uniformes e EPI'S	R\$ -
Equipamentos	R\$ -
<b>TOTAL DOS CUSTOS MENSAIS</b>	<b>R\$ -</b>

VII CÁLCULO DO BDI BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS		
Item	Percentual	R\$
1 Administração central	4,00%	R\$ -
2 Seguros	1,51%	R\$ -
<b>Subtotal (1+2)</b>		<b>R\$ -</b>
3 Lucro	10,00%	R\$ -
<b>Subtotal Lucro (3)</b>		<b>R\$ -</b>

4	ISS	5,00%	R\$	-
5	PIS	0,65%	R\$	-
6	COFINS	3,00%	R\$	-
	<b>Total das despesas fiscais (4+5+6)</b>		<b>R\$</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL BDI BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS</b>			<b>R\$</b>	<b>-</b>

inserir papel timbrado da empresa - uma tabela por cargo

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS**

Cargo:		Operadores de Centro de Controle		
I - MÃO-DE-OBRA				
Remuneração		Quant.	Valor unit. R\$	Valor Total R\$
1	Salário	1		
2	Hora Extra			
3	Adicional de Insalubridade	0,00%		
4	Outros (Folguista)			
TOTAL DA MÃO-DE-OBRA				
II - ENCARGOS SOCIAIS				
GRUPO A Obrigações Sociais		Percentual		
A1	Previdência Social	20,00%		
A2	FGTS	8,00%		
A3	Salário Educação	2,50%		
A4	SESI/SESC	1,50%		
A5	SENAI/SENAC	1,00%		
A6	INCRA	0,20%		
A7	Seguro Acidente de Trabalho	2,27%		
A8	SEBRAE	0,60%		
Total Grupo A		36,07%		
GRUPO B Tempo Não Trabalhado I		Percentual		
B1	Férias	8,33%		
Total Grupo B		8,33%		
- Tempo Não Trabalhado II		Percentual		
B2	Faltas Abonadas	1,50%		
B3	Licença Paternidade	0,90%		
B4	Faltas Legais	1,00%		
B5	Acidente de Trabalho	0,50%		
B6	Aviso Prévio Trabalhado	2,50%		
Total Grupo B		6,40%		
GRUPO C Gratificações		Percentual		
C1	Adicional 1/3 Férias	2,78%		
C2	13º Salário	8,33%		
Total Grupo C		11,11%		
GRUPO D Indenizações		Percentual		
D1	Aviso Prévio Indenizado + 13º, Férias e 1/3 Constitucional	2,50%		
D2	FGTS Sobre Aviso Prévio + 13º Indenizado	1,00%		
D3	Indenização Compulsória por Demissão s/ Justa Causa	0,60%		
Total Grupo D		4,10%		
GRUPO E Licença Maternidade		Percentual		
E1	Aprovisionamento Férias s/ Licença Maternidade	3,00%		
E2	Aprovisionamento 1/3 Const.Férias s/ Licença Maternidade	1,50%		
E3	Incidência Grupo A s/ Grupo Licença Maternidade	1,00%		
Total Grupo E		5,50%		
GRUPO F Incidência do Grupo A		Percentual		
F1	Incidência Grupo A x (Grupos B + Grupo C)	7,01%		

<b>Total Grupo F</b>		<b>7,01%</b>		
<b>TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS</b>		<b>78,52%</b>		
<b>III BENEFÍCIOS</b>				
<b>VALE TRANSPORTE</b>		<b>QUANT.</b>	<b>R\$ (unitário)</b>	<b>R\$ (total)</b>
1	Bilhetes/Mês (2 viagens/dia)	21		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
	<b>Total Vale-Transporte (3 4)</b>			
<b>VALE-REFEIÇÃO</b>		<b>QUANT.</b>	<b>R\$ (unitário)</b>	<b>R\$ (total)</b>
1	Vales/Mês	21		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
	<b>Total Vale-Refeição (3 4)</b>			
<b>CESTA BÁSICA</b>		<b>QUANT.</b>	<b>R\$ (unitário)</b>	<b>R\$ (total)</b>
1	Cesta Básica	1		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
	<b>Total Cesta Básica (3 4)</b>			
<b>ASSISTENCIA ODONTOLÓGICA</b>		<b>QUANT.</b>	<b>R\$ (unitário)</b>	<b>R\$ (total)</b>
1	Assist. Méd. Soc. Fam. Sindical	1		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
	<b>Total Assist. Médica (3 4)</b>			
<b>AUXÍLIO CRECHE</b>		<b>QUANT.</b>	<b>R\$ (unitário)</b>	
1	Auxílio Creche	1		
2	Incidência de Ocorrência	0,0%		
	<b>Total Auxílio Creche</b>			
<b>SEGURO DE VIDA</b>		<b>QUANT.</b>	<b>R\$ (unitário)</b>	<b>R\$ (total)</b>
1	Seguro de vida	1		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
	<b>Total Seguro de Vida (3 4)</b>			
<b>PLR</b>		<b>QUANT.</b>	<b>R\$ (unitário)</b>	<b>R\$ (total)</b>
1	PLR	1		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
	<b>Total Seguro de Vida (3 4)</b>			
<b>Incentivo de Boa Permanencia</b>		<b>QUANT.</b>	<b>R\$ (unitário)</b>	<b>R\$ (total)</b>
1	Incentivo de Boa Permanencia	1		
2	Participação do empregado			
3	Subtotal da empresa (1 2)			
4	Crédito PIS/COFINS			
	<b>Total Seguro de Vida (3 4)</b>			
<b>TOTAL DOS BENEFÍCIOS</b>			<b>0,00</b>	

Obs.: devem ser acrescentados outros benefícios que, por ventura, sejam concedidos aos trabalhadores, seja por força da convenção coletiva da categoria ou por decisão da empresa.

**IV UNIFORMES E EPIs**

ITEM	CUSTO UNIT. (R\$)	VIDA ÚTIL (MESES)	QUANT.	CUSTO MENSAL (R\$)
Camisas brancas de manga		6	3	
Camisas brancas de manga		6	3	
Costumes (paletó e calça),		6	3	
Gravatas OU Lenços de		6	3	
Pares de sapatos sociais em		6	3	
Cintos em couro preto,		6	3	
		6	3	

Outros (especificar)				
<b>SUBTOTAL (1)</b>				
Crédito PIS/COFINS (2)				
<b>TOTAL UNIFORMES E EPIS (1 2)</b>				-

V EQUIPAMENTOS				
ITEM	CUSTO UNIT. (R\$)	VIDA ÚTIL (MESES)	QUANT.	CUSTO MENSAL (R\$)
		1		
		1		
		1		
		1		
		1		
		1		
		1		
		1		
Outros (especificar)				

<b>TOTAL EQUIPAMENTOS</b>				
---------------------------	--	--	--	--

VI RESUMO DOS CUSTOS	
Item	R\$
Salário total mensal	R\$ -
Encargos sociais	R\$ -
Vale-transporte	R\$ -
Vale-refeição	R\$ -
Cesta básica	R\$ -
Assistencia Odontologica	R\$ -
Auxílio creche	R\$ -
Seguro de vida	R\$ -
PLR	R\$ -
Incentivo de Boa Permanencia	R\$ -
Uniformes e EPI'S	R\$ -
Equipamentos	R\$ -

<b>TOTAL DOS CUSTOS MENSAIS</b>		R\$ -
---------------------------------	--	-------

VII CÁLCULO DO BDI BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS		
Item	Percentual	R\$
1 Administração central	4,00%	R\$ -
2 Seguros	1,51%	R\$ -
<b>Subtotal (1+2)</b>		R\$ -
3 Lucro	10,00%	R\$ -
<b>Subtotal Lucro (3)</b>		R\$ -
4 ISS	5,00%	R\$ -
5 PIS	0,65%	R\$ -
6 COFINS	3,00%	R\$ -
<b>Total das despesas fiscais (4+5+6)</b>		R\$ -
<b>TOTAL BDI BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS</b>		R\$ -



**ANEXO XIII****MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)****ANEXO XIII.1****MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**  
(em papel timbrado do fornecedor)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo SEI! nº 134.00000873/2026-07, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

*a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e*

*b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.*

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO XIV****MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA****ANEXO XIV.1****DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA  
REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA**  
*(elaborada pelo licitante)*

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo SEI nº 134.00000873/2026-07, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO XIV.2****DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA  
REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**  
(elaborada pelo licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF  
nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de  
\_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em  
participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo SEI nº 134.00000873/2026-  
07, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e das condições da  
realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital  
e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências  
envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia  
sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital,  
não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou  
condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer  
benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s)  
local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO XIV.3****DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E  
PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO**  
(elaborada pelo licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de responsável técnico de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo SEI nº 134.00000873/2026-07, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)

**ANEXO XV****PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

**Objeto: Contratação de serviços de apoio operacional ao Centro de Controle Multimodal - CCM, para atendimento das necessidades da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP.**

Item	Especificação	CATSER	Item BEC	Unidade de Fornecimento	Hora / Mês Referência	Valor Hora	Valor Total
1	Supervisor Operacional	25623	168998	Serviço	160	R\$ 180,58	R\$ 28.892,80
2	Supervisor de Análise de Dados	25623	168998	Serviço	160	R\$ 321,71	R\$ 51.473,60
3	Analista de Dados	27260	168998	Serviço	640	R\$ 246,19	R\$ 157.561,60
4	Analista Administrativo	5380	168998	Serviço	320	R\$ 136,55	R\$ 43.696,00
5	Operador de Centro de Controle Multimodal - CCM	21032	168998	Serviço	3.285	R\$ 87,11	R\$ 286.156,35
<b>Total Mensal de Referência</b>							<b>R\$ 567.780,35</b>
<b>Total por 15 (quinze) meses</b>							<b>R\$ 8.516.705,25</b>